

**DEVANIR OLIVEIRA DE ARAÚJO**

**Mulheres na produção de hortaliças - processos agroecológicos numa perspectiva de superação das desigualdades de gênero**

**Dissertação Submetida ao Curso de Mestrado Profissional em Agroecossistemas, área de concentração Ambiental, da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de Mestra Profissional em Agroecossistemas.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Scheibe Wolff.**

**Florianópolis, SC.  
2015**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Araujo, Devanir Oliveira

Mulheres na produção de hortaliças : processos agroecológicos numa perspectiva de superação das desigualdades de gênero / Devanir Oliveira Araujo ; orientadora, Cristina Scheibe Wolff - Florianópolis, SC, 2015.

105 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. Gênero. 3. Agroecologia. 4. Trabalho de mulheres na agricultura. I. Wolff, Cristina Scheibe . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. III. Título.

**DEVANIR OLIVEIRA DE ARAÚJO**

**MULHERES NA PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS -  
PROCESSOS AGROECOLÓGICOS NUMA PERSPECTIVA DE  
SUPERACÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO**

Dissertação julgada adequada, em 10 de março de 2015 e aprovada em sua forma final, pela Orientadora **Dr<sup>a</sup>. Cristina Scheibe Wolff** e Membros da Banca Examinadora, para obtenção do título de Mestra Profissional em Agroecossistemas. Área de Concentração Ambiental, no Curso de Mestrado Profissional em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias/UFSC.

Florianópolis, 9 de março, 2015.

---

<b>Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Cristina Scheibe Wolff</b>	<b>Prof. Dr. Clariton E.D.C.</b>
<b>Ribas</b>	
Presidenta/ orientadora UFSC	<b>Coordenador do Programa</b>

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Giovana Ilka Jacinto Salvaro  
UNESC

---

Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma  
UFSC

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Sandra Luciana Dalmagro  
UFSC



**“O problema da mulher não é algo isolado da sociedade, e superar a opressão feminina só será possível com a destruição do regime capitalista e a implantação do socialismo”.**

**(Heleieth Saffioti)**



**[...] A Agroecologia não cumprirá seu propósito de ser uma referência para o desenvolvimento rural equitativo e sustentável se não se ocupar, na teoria e na prática, do reconhecimento das contribuições das mulheres e das questões que dificultam a sua participação como sujeitos plenos de direitos, tanto na vida social como na atividade produtiva e na construção do conhecimento agroecológico. Esse aspecto merece especial realce uma vez que, frequentemente, as reflexões sobre gênero não são consideradas tão relevantes para o avanço da Agroecologia como ciência quanto os estudos sobre a dimensão do manejo técnico dos agroecossistemas.**

**(Emma Siliprandi, 2009)**



## LUGAR DE MULHER

Zé Pinto

Lugar de mulher não é na cozinha  
Lugar de mulher é em qualquer lugar  
Porque participar é coisa dela, é coisa sua, é coisa minha  
Só nessa linha o Brasil vai melhorar  
Quem inventou que mulher é pra ser boazinha  
E pra ser macho o homem tem que dominar  
Essa história é de um atraso tão mesquinho  
Mulher não deixa esse fogão te escravizar  
Pois se o rosa não é mais a cor da Rosa  
Se o azul também não é mais cor de João  
Se a mulher tá na indústria, na cozinha e no roçado,  
Nada de errado com o homem também no fogão  
E a mulher se fez poema e  
foi cantada nos braços da viola  
Pintou os lábios com as cores da vida  
Viajou no sonho e acordou ferida  
Por esse sistema discriminador  
Fruto das ideias de animais que pensam  
E que alguns idiotas chamam racional  
Também faço parte desse dizer não  
Mas desse pecado não sou criador  
Por isso te clamo, mulher companheira  
Tu és poesia e eu sou cantador  
Mas que valeria nossa rebeldia  
Sem a coerência de plantar amor



## DEDICATÓRIA



Roseli Nunes e Marcos Tiaraju, na foto dos anos 1980.

Foto: Carlos Carvalho.

Em nome de Roseli Nunes, dedico este trabalho a todas as mulheres da classe trabalhadora, em especial às mulheres Sem Terra. Mulheres guerreiras, que muito têm aprendido, mas muito têm ensinado que a luta se constrói com coragem, garra e aspirações revolucionárias.

A todas as mulheres que se colocaram como sujeitos nesta pesquisa e me inspiraram, por suas histórias de vida, capacidade de enfrentamento e superação.

Nas trincheiras da luta sempre nos encontraremos, porque o caminho que trilhamos é por justiça e dignidade.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que em conjunto com outros movimentos sociais do campo e com muita luta conquistaram o PRONERA-Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Tenho orgulho em dizer que os cursos que fiz (graduação e pós-graduação) foram frutos dessa conquista, assim como também possibilitou o acesso de milhares de outros Sem Terra às universidades.

Agradeço em especial ao MST do Mato Grosso, que nos últimos anos tem me proporcionado inúmeras oportunidades ao estudo, fazendo com que eu chegasse até aqui.

A toda militância, que com muito sacrifício tem mantido erguida a bandeira da Reforma Agrária e do Socialismo.

A toda coordenação do Curso Mestrado Profissional em Agroecossistemas, que por acreditar na construção de uma nova sociedade, vem fazendo o enfrentamento na defesa desse curso e constituindo novas turmas, para dar continuidade à formação de pessoas comprometidas com as causas sociais.

A minha orientadora **Dr<sup>a</sup> Cristina Scheibe Wolf** que, com muita paciência, competência e serenidade me conduziu à elaboração e conclusão deste trabalho.

A minha família, companheira de todas as horas. Motivadora das minhas iniciativas e dos projetos de vida.

A todas as pessoas que ao longo desses dois anos estiveram me apoiando e motivando ao estudo.



## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal compreender como se dá a participação das mulheres nos grupos de produção agroecológica, organizados pela ARPA – Associação de Produtores Agroecológicos, no Assentamento Roseli Nunes, município de Mirassol D’oeste, Estado de Mato Grosso. A pesquisa tem como propósito, identificar a valorização do trabalho dessas mulheres na construção dessa nova matriz produtiva, bem como trabalhar as temáticas relacionadas ao fortalecimento da Agroecologia e o empoderamento das mulheres envolvidas no cotidiano do trabalho. O estudo foi realizado a partir de cinco grupos de produção que ao longo de doze anos de existência, vêm enfrentando diversos desafios na própria produção de alimentos e nas relações pessoais que são estabelecidas. A pesquisa se caracterizou pela abordagem qualitativa. Na coleta das informações, priorizou-se a pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas, no entanto complementada com pesquisa bibliográfica. As entrevistas foram feitas na pesquisa de campo, sendo duas mulheres de cada grupo e três homens que também participam dos grupos, porém aleatoriamente. A abordagem é na perspectiva de obter informações e reflexões sobre a produção de hortaliças, com um olhar para a prática das mulheres camponesas inseridas nesses grupos de produção. São grupos que, ao longo da existência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Mato Grosso foram constituídos como forma de resistir às grandes vulnerabilidades da agricultura familiar e camponesa. A conclusão deste trabalho aponta para uma relativa valorização do trabalho, no entanto, há existência de limites relacionados à participação das mulheres nas atividades consideradas externas (reuniões, encontros, manifestações entre outras), o que acaba gerando uma certa desvalorização do trabalho feminino nesta atividade.

**Palavras-chave:** 1. Gênero, 2. Agroecologia 3. Trabalho de mulheres na agricultura



## **ABSTRACT**

This paper aims to understand how women participate in the agroecological production groups, organized by ARPA - Associação de Produtores Agroecológicos (Agroecological Producers Association) in the Roseli Nunes Settlement, Mirassol D'oeste, State of Mato Grosso. The purpose of the research is to point out the recognition of the work of these women, in the formation of this new production matrix, as well as to study the issues related to the strengthening of Agroecology, and empowerment of women involved in the daily work. The study was conducted on five production groups, that, over the course of twelve years of existence, have been facing several challenges in their own food production and in the established personal relationships. The research had a qualitative approach. In the data collection, we prioritized field research and semi-structured interviews, however, it was complemented by literature. The interviews were conducted in the field of research, interviewing two women of each group and three men that are randomly also part of these groups. We intended to collect information and reflections regarding the production of vegetables, focusing on the work of rural women in these production groups. These groups, that throughout the existence of the Movement of Landless Rural Workers in Mato Grosso were established as a way to cope with the considerable vulnerability of family and peasant farming. The conclusion of this work, points to a relative appreciation of the work, however, there are limits related to women's participation in activities considered external (meetings, gatherings, manifestations, etc.), which ends up generating a certain devaluation of women's work in this activity.

**Keywords:** 1. Gender, 2. Agroecology 3. Women's work in agriculture



## LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

ARPA – Associação Regional de Produtores Agroecológicos

CEBs – Comunidade Eclesiais de Base

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

MAPA – Ministério da Agricultura e do Abastecimento

MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras

PAA – Programa de Aquisição de Alimento

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária



## **LISTA DE MAPA**

Mapa 1. Localização do Projeto de Assentamento Roseli Nunes.....36



## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1. Reunião da coordenação da ARPA.....	52
Foto 2. Vilma mostrando a nascente que resta em seu lote que preserva com muito carinho.....	62
Foto 3. I Congresso Nacional dos Sem Terra, mulheres sendo homenageadas.....	66
Foto 4. Mulheres do assentamento Roseli Nunes reunidas discutindo questões de gênero.....	71
Fotos 5 e 6. Trabalho matinal da mulher e do homem.....	76
Foto 7. Colheita das hortaliças para entrega na cidade.....	76
Fotos 8 e 9. Moradia de Dona Emília e moradia da Cida.....	77
Foto 10. Vilma limpando a roça de abóbora.....	77
Foto 11. Demonstração da produção de alimentos saudáveis.....	82
Foto12. Cida fazendo colheita das hortaliças.....	82
Foto 13. Colheita de maracujá.....	90
Foto 14. Caminhão que leva as hortaliças pra cidade.....	94
Foto 15. Entrega dos produtos pelo PAA – Programa de Aquisição de Alimento.....	94
Foto 16. Venda direta da produção.....	95
Foto 17. Dona Emília fazendo um cabo de machado.....	95
Foto 18. Momento místico da reunião das mulheres.....	96



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	27
1.1. Sujeitos e objetivo da pesquisa.....	32
1.2. Relevância da pesquisa.....	33
1.3. Como está organizado .....	34
<b>2. CAPÍTULO I</b> .....	<b>35</b>
2.1. Assentamento Roseli Nunes .....	35
2.2. A participação das mulheres.....	39
<b>3. CAPÍTULO II</b> .....	<b>47</b>
3.1 Grupos de Produção Agroecológica.....	47
3.2 A Agroecologia como instrumento de resistência.....	53
3.3. Feminismo e Agroecologia .....	60
<b>4. CAPÍTULO III - A participação e experiências das mulheres</b>	<b>65</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>87</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>99</b>



## 1. INTRODUÇÃO

O Objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão e buscar compreender como se dá a participação das mulheres nesses grupos de produção agroecológica e perceber qual a importância é dada para o seu trabalho no sentido da valorização tanto no processo produtivo como na participação política. Analisar no campo da produção agroecológica, os tensionamentos provocados pela ação desses novos sujeitos nos discursos e nas práticas de gênero.

São grupos de famílias organizados na ARPA – Associação Regional de Produtores Agroecológicos, criada no ano de 2003, no assentamento Roseli Nunes, município de Mirassol D’Oeste, Mato Grosso. Ao longo da sua existência, a ARPA tem se tornado um instrumento de organização de setenta e nove famílias envolvidas direta e indiretamente na associação, num universo de 331 famílias assentadas no assentamento Roseli Nunes.

Dentre os muitos projetos fundamentais para o desenvolvimento dos assentamentos, a produção gera um intenso debate, na medida em que, através dela se pode viabilizar o assentamento econômica e socialmente. Assim, as formas organizativas de produção são pensadas a partir da cooperação, seja ela coletiva ou semi-coletiva, formal ou informal.

Entre os diversos assentamentos conquistados através da luta pela terra, está o assentamento Roseli Nunes que é formado por famílias oriundas de vários municípios do Mato Grosso: Reserva do Cabaçal, Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Cáceres, Salto do Céu, Rio Branco, Curvelândia, Cuiabá, Mirassol D’ Oeste e de outros estados como Minas Gerais, Espírito Santo, etc. atualmente é composto por 331 famílias organizadas em 27 núcleos, sendo cada núcleo representado por um coordenador e uma coordenadora, cuja função é coordenar, dar direção e motivar as famílias para a luta de forma organizada.

As famílias hoje assentadas consideram que o assentamento Roseli Nunes iniciou desde o dia 17 de março de 1997, na ocupação da fazenda Facão, município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com aproximadamente 600 famílias vindas de diversas regiões e cidades do estado. Com o decorrer dos dias foi se massificando, chegando a um total de mil e duzentas famílias.

Durante esse processo de massificação foram se formando os núcleos de famílias e criando os setores de acordo com as necessidades da organização interna. Havia 38 núcleos de famílias, formados por afinidades, por regiões ou por outras opções. Os setores, também foram se formando como: saúde; produção, segurança; higiene; finanças; animação; educação; esporte; organização da juventude; formação; comunicação; cultura, etc. A ideia era mostrar que, o acampamento é uma grande escola e que deveria ajudar a fazer a transformação social do sujeito de acordo com os princípios do MST, voltado para o trabalho e a cooperação.

Em abril de 1998, foi celebrado um contrato de Comodato<sup>1</sup> entre o proprietário da terra e o INCRA, para que as famílias pudessem permanecer na área até que a mesma fosse desapropriada, os lotes parcelados e entregues às famílias. Após a celebração deste contrato, houve lutas acirradas no sentido de pressionar o INCRA para que realizasse o parcelamento e em junho de 2002 as famílias foram assentadas.

Muitas pessoas desistiram. Foi muito sofrimento e muita angústia, mas para os que ficaram debaixo da lona preta mais de seis anos lutando pela terra e pela Reforma Agrária, não seria a burocracia dos órgãos competentes, que acabaria com a esperança, a perseverança e a luta pela transformação. E foram estes que permaneceram no assentamento.

A partir desses debates, surgem diversos grupos, dentre eles, os grupos coletivos dentro do próprio assentamento, os quais vêm sendo uma experiência importante, no que se refere à inserção do indivíduo em uma atuação como ser social inserido num processo de organização do trabalho, da produção e da sobrevivência em áreas de Reforma Agrária.

Atualmente existem setenta e nove famílias envolvidas direta e diretamente na produção. Existem cinco grupos dos quais também participam as mulheres e a juventude. Esses grupos são organizados pela ARPA – Associação Regional de Produtores Agrocológicos, fundada em 2003, com o objetivo de fortalecer a luta das famílias assentadas na região e também contribuir no planejamento para garantir a diversidade

---

<sup>1</sup> O contrato de Comodato tem previsão no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002) em seus artigos 579 a 585. É um contrato bilateral, gratuito, onde o comodante entrega ao comodatário algo para ser usada temporariamente. ( [www. pt.wikipedia.org/wiki/comodato](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/comodato)). Acesso em 01/02/2015.

da produção, bem como estimular e difundir o uso de tecnologias apropriadas e o manejo agroecológico dos sistemas produtivos.

São grupos de famílias que ao longo do tempo foram se constituindo como forma de resistir às grandes vulnerabilidades da agricultura familiar e camponesa.

Ao longo desses dezenove anos de existência do MST no Mato Grosso especificamente, percebemos um grande envolvimento das mulheres assentadas na questão produtiva, inclusive para enriquecimento da alimentação, pensando primeiramente na família, mas não só. As mulheres também desempenham um papel importante na renda monetária da família. Percebe-se que há uma grande preocupação em garantir a autosustentação da própria família e indo além, garantir a permanência na terra.

O propósito deste trabalho é refletir sobre as experiências e a participação das mulheres nos grupos de produção numa perspectiva de gênero, ou seja, como elas se sentem em relação à valorização do seu trabalho no grupo enquanto mulheres. O que foi possível apreender em nossa pesquisa, é que a motivação primeira foi aumentar a renda familiar, no entanto há outros elementos considerados fundamentais que estão no campo da valorização do trabalho, laços de sociabilidade que possibilitam o convívio e o questionamento às desigualdades de gênero.

São dois os fatores que nos motivaram a estudar as mulheres envolvidas nesses grupos de produção. O primeiro fator é o espírito coletivo que faz com que as mulheres rompam as barreiras impostas por esta sociedade capitalista que insiste em dizer que lugar de mulher é dentro de casa. O segundo fator é o rompimento com esta forma convencional de produzir alimentos com agrotóxicos, passando para a produção de alimentos saudáveis, baseado em outra lógica que não é apenas produzir mercadoria, mas adotando práticas alternativas de se produzir alimentos, através da observação, do controle biológico, buscando assim o equilíbrio da natureza, trazendo para seu cotidiano outras dimensões da vida, ou seja, o ser humano como sujeito na construção deste processo.

A pesquisa se caracterizou pela abordagem qualitativa. Na coleta das informações, priorizou-se a pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas, no entanto complementada com pesquisa bibliográfica. Foi possível visitar cada grupo, utilizando-se o caderno de campo para anotações, contribuição na colheita de hortaliças, participação na reunião da coordenação da associação, enfim uma pequena vivência para observação do trabalho cotidiano de algumas

famílias membras dos grupos. Nestas visitas, foram feitas entrevistas, diário de campo e foram também feitas muitas fotografias, sendo algumas utilizadas no trabalho.

Para a realização das entrevistas, baseamo-nos na metodologia da história oral, tal qual apresentada por Verena ALBERTI. Segundo esta autora:

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. (ALBERTI, 2013, P. 31-32).

As entrevistas foram feitas na pesquisa de campo, sendo entrevistas a duas mulheres de cada grupo e três homens que também participam dos grupos, porém aleatoriamente. No total foram entrevistadas dez mulheres, com idade de 39 a 63 anos. Todas elas camponesas, nascidas no campo e com vasta experiência no trabalho da lavoura. Os três homens entrevistados também são camponeses, com idade variada entre 17 a 58 anos.

Ao longo do texto os trechos das conversas serão apresentados pelas próprias falas das pessoas. Optei por deixar o nome real das pessoas por considerar preciosa a autoria das experiências empreendidas por elas<sup>2</sup>. Dessa forma esta pesquisa ocorreu entre vivências e conversas. Passei vinte dias no assentamento participando também de outras atividades (encontros, seminários) que foram realizadas no período em que lá eu estava.

As entrevistas foram feitas nas casas das pessoas, em um momento dedicado pra isso, de acordo com a quantidade de tempo que pudessem dispensar para este fim. Não foi seguida uma trajetória linear, mas as informações são de um conteúdo riquíssimo.

---

<sup>2</sup> As pessoas foram devidamente informadas dos objetivos das entrevistas e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

As fotos, que foram produzidas na realização da pesquisa pela autora, São usadas aqui com o propósito de possibilitar uma visualização das sujeitas da pesquisa, de seu trabalho e sua participação em situações de reunião e outras. Sabemos que as fotografias constituem uma importante fonte de informação, e podem ser lidas também como documentos como indica Boris Kossoy (2001), porém nesta dissertação elas terão um cunho mais ilustrativo.

Vale lembrar, que muitos trabalhos vêm sendo desenvolvidos no esforço de compreender a importância da participação da mulher nos vários aspectos, inclusive dar visibilidade e ao mesmo tempo valorizar o trabalho das mesmas. As economistas feministas têm demonstrado que aquilo que se considera como “trabalho produtivo” acaba deixando de lado uma importante parcela do trabalho realizado socialmente, especialmente aquele realizado pelas mulheres, que muitas vezes é feito na esfera doméstica ou no setor informal da economia. (ABRAMO, 2004).

Este estudo nos possibilitou uma reflexão sobre a prática dessas mulheres, bem como identificar, que apesar das desigualdades de gênero que ainda persistem em nossos dias, as mulheres de certa forma se sentem valorizadas no seu trabalho cotidiano ligado à produção de alimento. Mas há ainda um limite quanto à participação das mulheres nos espaços de decisões e comercialização dos produtos. É importante ressaltar que as pessoas foram devidamente informadas dos objetivos das entrevistas e assinaram o termo de consentimento.

Estamos nos referindo á categoria gênero como sendo uma construção histórica e social, portanto não se trata de sanar os limites identificados em relação à participação das mulheres nestes grupos a partir deste estudo, mas compreender que historicamente há toda uma estrutura montada, fundamentada no pensamento da classe dominante. Sobre isso Joana Maria Pedro (2005) vai dizer que:

**Se olharmos do ponto de vista da História** (grifo meu), as práticas que ensejam a divisão sexual do trabalho, dos espaços, das formas de sociabilidade, bem como a maneira como a escola, os jornais, a literatura, enfim, os diferentes meios de comunicação e divulgação constituem as diferenças reforçando e instituindo os gêneros, estamos escrevendo uma história que questiona as “verdades” sedimentadas,

contribuindo para uma existência menos excludente. (PEDRO, 2005, P. 16).

Meu grande interesse em trabalhar o tema vem da minha experiência de militância, primeiro no Movimento Sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e atualmente no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Sou também pessoalmente identificada com o feminismo e com a luta das mulheres. Venho ao longo da minha militância acompanhando e muitas vezes fazendo parte de grupos de mulheres organizadas em vários espaços se desafiando a se constituírem como lideranças sociais e políticas, questionando preconceitos que ainda são muito presentes no imaginário social, de que as mulheres nada têm a contribuir para a transformação social, ou seja, romper com esse ideário machista que infelizmente ainda predomina em nossa sociedade.

Persiste em nossa sociedade a invisibilidade e a falta de valorização da contribuição da mulher inclusive em espaços de decisões e de discussões políticas. Por esta razão, muitas vezes suas reivindicações ou propostas acabam ocupando um espaço marginal, ou mesmo não sendo acatadas. (SALVARO, LAGO e WOLFF, 2014).

A prática tem mostrado que as mulheres envolvidas nos processos organizativos sejam eles políticos ou produtivos, vêm trazendo questões novas para dentro dos espaços de debate político nos diferentes movimentos sociais, além de se constituírem como lideranças e buscando autonomia para as mulheres como um todo.

### **1.1. Sujeitos e objetivo da pesquisa**

Os sujeitos desta pesquisa são mulheres camponesas organizadas em cinco grupos de produção de hortaliças, articuladas na ARPA – Associação Regional de Produtores Agroecológicos, que participam pontualmente de atividades do MST e da Fase, uma organização não Governamental que, em meio a esses movimentos se identificam com a agroecologia e vêm se constituindo como sujeitos políticos.

São mulheres que se mobilizam através dos grupos para produzirem e aumentar a renda familiar, mas acima de tudo buscarem autonomia e valorização do seu trabalho. Algumas dessas mulheres já não têm mais seu esposo, por separação ou morte e por isso assumem o trabalho da lavoura juntamente com os filhos, ou até mesmo sozinhas.

## 1.2. Relevância da pesquisa

O trabalho coletivo, embora sendo muito importante quando se refere ao rendimento do trabalho e da produção, tem se transformado em objeto de estudo por muitos estudiosos que vêm ao longo do tempo tentando compreender as relações sociais que são estabelecidas a partir da convivência em determinados grupos.

Ao longo da história, a produção camponesa se alicerça no uso da mão de obra dos membros da família em condições de trabalho. A mulher (esposa, mãe e filha) é envolvida no processo produtivo. Esse envolvimento ou participação se intensifica no período das colheitas (Neves; Silva, citado por Esmeraldo, 2013).

Dada à dimensão do trabalho feminino, as mulheres constroem no interior da família uma participação direta e fundamental no trabalho, na criação dos filhos e na própria manutenção da família. E os estudos sobre as relações familiares na sociedade camponesa têm sido precursores em desvelar o lugar da mulher no modo de produção camponesa (ESMERALDO, 2013). São esses estudos que nos levarão a uma tentativa de compreender, nesses espaços onde as mulheres estão inseridas, qual o seu papel no trabalho produtivo.

A Associação Regional de Produtores Agroecológicos - ARPA trabalha com o conceito de que a “Agroecologia é um processo de acúmulo de saberes”, portanto isso deve incluir todas as dimensões da vida, não olhando a Agroecologia apenas pelo viés da produção de vegetais e animais inseridos nos agroecossistemas, mas fundamentalmente é necessário olhar para as relações humanas que se estabelecem nesses espaços, considerando os aspectos culturais, políticos e sociais dessas famílias envolvidas.

Compreender como se dá o trabalho das mulheres, principalmente no campo da produção, significa dizer que as mulheres constituem uma força de trabalho extremamente necessária na constituição da própria renda da família.

É essa problemática histórica sobre o trabalho das mulheres camponesas, seja pela carência de estudos, ou seja, pela falta de reconhecimento da importância que isso representa nas relações familiares e na própria renda, que este trabalho se propõe trazer reflexões desses grupos de produção, que contam com uma participação

significativa das mulheres. Outro aspecto do ponto vista político é incorporar, primeiro: a necessidade de organização das próprias mulheres; segundo: a necessidade de incorporar a luta pelo desenvolvimento da consciência política da classe trabalhadora, capaz de questionar a ideologia machista e o combate permanente contra as formas de sua manifestação cotidiana, individual e coletiva.

### 1.3. Como está organizado

Este trabalho está estruturado em três capítulos além desta introdução, onde são abordados os seguintes assuntos: Capítulo I- **Assentamento Roseli Nunes:** a trajetória das famílias, um pouco da história, como se constituiu o assentamento e a participação das mulheres neste contexto; Capítulo II- **Grupos de produção agroecológica:** suas potencialidades e limites; Capítulo III- **A participação e experiências das mulheres:** onde e como se dá a participação das mulheres e a busca pela superação das desigualdades de gênero; **As considerações finais** e os **Anexos.**

## 2. CAPÍTULO I

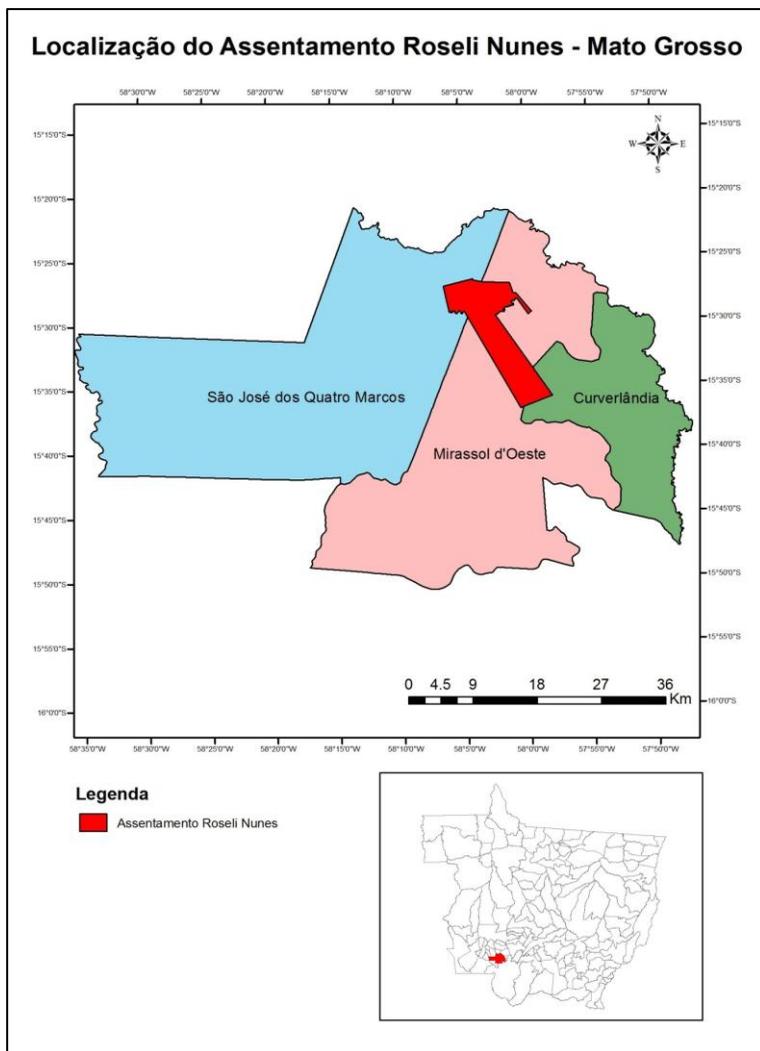
### 2.1 ASSENTAMENTO ROSELI NUNES

A discussão da luta pela terra protagonizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST iniciou-se nos anos 80, no Estado do Rio Grande do Sul e foi se espalhando por todo o País, chegando ao Estado de Mato Grosso em agosto de 1995, na região sul do Estado, mais precisamente em Rondonópolis, cidade polo, com aproximadamente 200 mil habitantes. Com a chegada do MST e a intensificação da luta pela terra, o debate da Reforma Agrária conquista espaço e se amplia para outras regiões do Estado, como Sudoeste, que compreende o município de Cáceres e região, Médio Norte, município de Tangará da Serra e região Norte, município de Sinop e região e a Baixada Cuiabana que compreende Cuiabá e região. (MST/MT, 2012).

Entretanto, os assentamentos conquistados pelo MST em Mato Grosso, surgiram da luta e da pressão social de milhares de famílias Sem Terra. Aquele latifúndio que antes simbolizava a concentração da terra, exploração do trabalho, representante do poder político das classes dominantes nas regiões do estado do Mato Grosso, a partir da conquista dos assentamentos inicia-se a distribuição das terras para centenas de famílias, instalando-se o trabalho familiar, gerando alimentos diversos. Assim, os assentamentos ao expressarem a luta social e a constituição de novas relações sociais, geram um novo governo sobre aquela fazenda, constituindo um novo território e com novas possibilidades de sociabilidade e estratégias produtivas diversificadas.

Dentre os diversos assentamentos conquistados está o assentamento Roseli Nunes, localizado entre as divisas municipais de Mirassol D'Oeste, Curvelândia e São José dos Quatro Marcos, na Mesorregião sudoeste Mato-grossense e Microrregião Jauru. Seguindo de Cáceres pela rodovia BR 070, passa-se pelo distrito do Caramujo, segue-se a MT 170 logo após a cidade de Curvelândia, onde se atinge a área do assentamento.

Mapa 1: Localização do Assentamento Roseli Nunes - MT.



Fonte: SEPLAN – MT 2000

“O assentamento está situado sobre uma mancha de calcário, que permeia o município de Cáceres - MT até a fronteira com a Bolívia”. (SAMPAIO, 2012), distante 290 km de Cuiabá, capital do Estado. Esta

localização privilegia de certa forma este assentamento por possuir reserva de calcário, mas ao mesmo tempo coloca as famílias num enfrentamento direto com empresas interessadas em explorar este minério importante usado na recuperação de solos.

As famílias que hoje fazem parte deste assentamento são oriundas de vários municípios: Reserva do Cabaçal, Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Cáceres, Salto do Céu, Rio Branco, Curvelândia, Cuiabá, Mirassol D' Oeste e de outros estados como Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, etc. Atualmente é composto por 331 famílias organizadas em 27 núcleos, sendo cada núcleo representado por um coordenador e uma coordenadora<sup>3</sup>, cuja tarefa principal é coordenar e motivar as famílias a participarem de todas as atividades internas e externas ao assentamento.

O assentamento Roseli Nunes não se diferencia dos demais assentamentos de todas as regiões do Brasil. São formados por pessoas de vários Estados, com variados costumes e formas de vida. Um povo, cuja história é marcada por muitas idas e vindas, por movimentações pelo país numa verdadeira aventura retirante. Foi assim que os camponeses brasileiros, a seu modo, foram se inserindo no campo. (OLIVEIRA, 2001).

O início do assentamento Roseli Nunes se deu no dia 17 de março de 1997 na ocupação da fazenda Facão, município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com mais ou menos 600 famílias, vindas de diversas regiões e cidades do estado. Com o decorrer dos dias a ocupação foi se massificando, chegando a um total de mil e duzentas famílias, inclusive de outros estados. Durante esse processo foram se formando os núcleos de famílias e criando os setores de acordo com as necessidades da organização interna. Havia 38 núcleos de famílias, formados por afinidades, por regiões ou por outros critérios. Os setores<sup>4</sup> também foram se formando em torno de questões como: saúde, produção, segurança, higiene, finanças, animação, educação, esporte, organização da juventude, formação, comunicação, cultura, etc. Esta organização se deu para dizer que, o acampamento é uma grande escola e deve ajudar a fazer a transformação social do sujeito de acordo com os princípios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, voltados para o trabalho e a cooperação.

---

<sup>3</sup> Informações repassadas pelas próprias famílias do assentamento.

<sup>4</sup> Forma de organização interna das famílias. A intencionalidade é que cada pessoa possa assumir uma tarefa e também buscar as infraestruturas necessárias para o acampamento ou assentamento.

Após muita luta, em abril de 1998 é assinado o contrato de comodato das áreas da Fazenda Santana município de São José dos Quatro Marcos, hoje denominada Assentamento Florestan Fernandes, onde foram assentadas 155 famílias. Nesta mesma data também é assinado o contrato de comodato da Fazenda Prata, no município de Mirassol D' Oeste, hoje assentamento Roseli Nunes; O nome Roseli Nunes<sup>5</sup> se mantém desde o acampamento, em memória a uma companheira que foi assassinada no dia 31 de março de 1987, em Sarandi no Estado do Rio Grande do Sul.

A lutadora que hoje empresta o seu nome a acampamentos, assentamentos e brigadas do MST, marca a memória dos militantes com o compromisso de preferir "morrer na luta que morrer de fome". Roseli Celeste Nunes da Silva nasceu em 1954, participou com outras oito mil pessoas da ocupação da fazenda Anonni, em 1985 - o mesmo local que sediou o 13º Encontro Nacional do MST, que marcou os 25 anos de luta do Movimento. Seguiu na luta, e participou de uma caminhada de 300 quilômetros até Porto Alegre, onde foi realizada uma ocupação da Assembleia Legislativa, por seis meses. Os acampados cobravam solução para a Reforma Agrária na fazenda. Roseli Nunes foi mãe da primeira criança a nascer no acampamento Sepé Tiaraju, na fazenda Anonni. Sua história inspirou dois filmes, "Terra para Rose" e "O Sonho de Rose", de Tetê Moraes<sup>6</sup>.

A discussão e definição do nome do assentamento, além de homenagear Roseli Nunes, traz presente também o debate da participação da mulher nos diversos espaços, seja ele espaço das tarefas ditas femininas, cozinha, cuidado com os filhos, assim como nos espaços da produção, das reuniões, mobilizações, enfim, de sua participação ampla e irrestrita.

---

<sup>5</sup> No dia 31 de março de 1987, Roseli Nunes e outros três trabalhadores Sem Terra foram mortos em uma manifestação na BR 386, em Sarandi, no Rio Grande do Sul (Site do MST, 2011. Acesso em 12/04/2014)

<sup>6</sup> **Tetê Moraes** (Rio de Janeiro, 1943) é uma cineasta brasileira, conhecida por seus documentários. A consagração veio em 1987, com *Terra para Rose*. O documentário sobre a luta pela Reforma Agrária com narração de Lucélia Santos, ganhou o prêmio de melhor filme no Festival de Brasília e no Festival de Havana. Os personagens do filme reapareceram em 2000, na continuação *O sonho de Rose – 10 anos depois*, novamente premiado em Havana. Também foi eleito pelo público o melhor documentário no Festival do Rio. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Tet%C3%AA\\_Moraes](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tet%C3%AA_Moraes)

## 2.2 A participação das mulheres

O Assentamento Roseli Nunes sempre foi marcado pela participação das mulheres, segundo relato das próprias companheiras que ainda no período de acampamento já faziam discussões sobre a produção para sobrevivência, mas também como forma de resistência até que a terra fosse conquistada. Essas discussões sempre foram fomentadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, entidade parceira da luta.

Para atuar nessa perspectiva, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) tem se apresentado na região sudoeste do Mato Grosso como parceira dos movimentos sociais na luta pela terra e na defesa dos territórios. Há 14 anos a Fase vem apoiando processos organizativos e produtivos no Assentamento Roseli Nunes, favorecendo intercâmbios de experiências, estimulando a troca de sementes crioulas, implementando Projetos Demonstrativos Agroecológicos (PDAs) e viveiros de mudas, estimulando processos de auto-organização e autonomia financeira das mulheres e assessorando projetos de comercialização. (OLIVEIRA et. al, 2014, pag. 23).

Os debates se davam em torno de dois principais eixos, a produção e a cooperação. Como fruto desses debates foi constituído um grupo de quarenta pessoas (homens e mulheres) para produzirem coletivamente. “A partir da motivação do trabalho coletivo surge também um grupo de dez mulheres por nome Dandara. Esse grupo tinha como função organizar as mulheres para o trabalho produtivo, mas também fazer estudos e cursos de conscientização política, debater sobre a violência contra a mulher entre outros temas que fortalecessem a organização das mesmas”. (Dona Emília em entrevista, maio 2014). Pode-se observar a partir desta fala, que a própria organização vai levando a outras necessidades.

No momento em que se organizam os grupos mistos (homens e mulheres), as mulheres não se sentiam contempladas em todas as discussões, por isso a necessidade de formarem grupos específicos para discutirem outras questões, conforme conta Dona Emília que era uma

liderança do grupo. Esse grupo se constituiu ainda no processo de acampamento, na fase inicial do assentamento Roseli Nunes. Joana Maria Pedro (2005) vai dizer que historicamente os movimentos feministas surgiram para mostrar que o “homem universal” não inclui as questões específicas da “mulher”. Talvez seja esse o motivo pelo qual as mulheres decidiram se organizar separadamente.

Se olharmos para a trajetória do MST, as mulheres sempre desempenharam um papel importante desde o processo de acampamento, como bem assinala Furlin:

As mulheres desempenharam um papel fundamental, sobretudo dentro dos acampamentos. Elas aparecem lutando de forma igualitária nas mobilizações, sofrendo com os homens as agressões da polícia. Em certos momentos tiveram uma atuação mais corajosa do que os homens. E no período de assentamento são elas também que tomam a iniciativa de se organizarem para discutirem os problemas realcionados à sua participação e aos seus direitos. (FURLIN, 2013, p. 259).

A partir da conquista da terra (junho de 2002), o passo seguinte foi a organização das famílias para continuarem a luta pela busca da infraestrutura do assentamento como: estrada, moradia, saúde, escola, inclusive organizar a produção e a comercialização como forma de garantir a permanência na terra, tendo em vista que este assentamento é rodeado por monocultivo de teca<sup>7</sup>, soja e cana de açúcar, com uso intensivo de agrotóxicos.

Em contraponto a este modo de produção, surge a ARPA com uma nova proposta para produzir, segundo entrevista a um membro desta associação (Nério Souza, maio de 2014), que diz: “a ARPA tem dez princípios, entre esses, dois são fundamentais: primeiro não usar agrotóxico e segundo produzir para subsistência”. Essa é uma demonstração que a ARPA nasce com este propósito, como o próprio nome diz Associação Regional de Produtores Agroecológicos.

Neste contexto, o assentamento vai se tornando um território de resistência, isto é, no processo contraditório de sua criação no sistema

---

<sup>7</sup> *Tectona grandis* também chamada comercialmente de teca, é uma espécie de árvore de madeira de densidade média de 0,67, nativa da Ásia. (pt.wikipedia.org/wiki/tectona-grandis) – acesso em 20/09/2014.

capitalista, vão surgindo grupos de trabalhos e produção coletiva ou comunitária, ou seja, de produtos orgânicos que vão fazer parte do consumo de subsistência, mas que também vão abastecer os mercados locais, existindo no assentamento projetos de distribuição de verduras à população carente de alguns municípios vizinhos.

Desde 2005, a ARPA vem comercializando por meio do PAA- Programa de Aquisição de Alimento, sua produção de alimentos, principalmente hortaliças, milho, mandioca, batata, banana-da-terra e feijão. Em 2010, iniciou as vendas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Já em 2012, 117 mil quilos de alimentos foram vendidos via PAA, cifra elevada para 205 mil quilos em 2013. Essa produção foi distribuída para bairros pobres de Mirassol D'Oeste, Araputanga e Curvelândia, assim como para as escolas estaduais e municipais, beneficiando mais de seis mil alunos. (OLIVEIRA, et al, 2014, p. 23).

Entretanto, existem outros fatores que obrigam de certa forma as famílias a se manterem unidas para defenderem este território conquistado, uma vez que o mesmo se transforma em espaço de disputa por outros segmentos da sociedade, sendo estes grupos econômicos ou políticos.

Olhando para o campo da disputa, segundo informação das próprias famílias (maio, 2014), o assentamento Roseli Nunes está localizado numa grande região, que se estende de Cáceres até a Bolívia, apresentando como consequência, entre outras, deficiência hídrica, com a presença de sumidouros e de um lençol freático de difícil acesso de captação. Segundo Sampaio (2012) essa mesma área do assentamento deve ser considerada como APP - (área de preservação permanente), o que exigiria cuidados específicos para sua manutenção, no entanto gerou muitas dúvidas às famílias de como seria o cuidado com seus lotes, isso aconteceu por falta de esclarecimentos ainda no processo de consolidação do assentamento por parte dos órgãos que detêm essas informações, nesse caso, o próprio INCRA.

Existem ainda, duas cavernas, sendo uma denominada de Caverna do Jabuti, localizada na entrada do assentamento e outra (ainda sem nome) localizada na parcela do núcleo da escola Madre Cristina,

área central do assentamento. (informação dos próprios assentados, maio de 2014).

A Caverna do Jabuti é alvo de interesse político entre as prefeituras de Mirassol D'Oeste e Curvelândia, pois é considerada em alguns estudos como uma das maiores cavernas de Mato Grosso, e por isso tem um grande potencial turístico. A disputa tem a ver com a localização da caverna, sendo que o pertencimento da caverna é o motivo do litígio, ou seja, os limites dos municípios no mapa são arrastados de um lado e de outro pelos prefeitos, cada qual requerendo a posse da Caverna. (SAMPAIO, 2012, p. 5).

Outro estudo mais recente de pesquisadores, inclusive de empresas autorizadas pelo próprio Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA indica a presença de uma grande quantidade de rochas de fosfato no subsolo onde está localizado o assentamento, caso se decida explorar estas jazidas, o processo atingiria diretamente uma média de 110 famílias e indiretamente todo o assentamento e a região, pois sua extração se daria por explosões<sup>8</sup>.

Ainda segundo SAMPAIO (2012) “outro fator conflitante é a própria reconstrução do território capitalista, quando da transformação do antigo latifúndio em território camponês, o assentamento”. Esta reconstrução passa ser mais um recorte espacial, pois tem a ver com os ideais de compartilhamento, desconcentração de terras e da produção a favor da vida, isto é, a lógica camponesa. Sobre isso Carvalho vai dizer que:

Nesse contexto histórico mundial, os camponeses não somente afirmam o seu modo de produzir e de viver como distintos daquele modo de produção impostos pela dominação hegemônica capitalista como sugerem no cotidiano da sua reprodução social que outro processo civilizatório é necessário para que a relação homem-natureza seja redefinida. (CARVALHO, 2012, p. 8).

---

<sup>8</sup> Informações extraídas do Seminário sobre exploração de minérios, realizado no Assentamento Roseli Nunes no dia 16/05/2014, com a presença das famílias assentadas, técnicos do INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária e da FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

Sampaio, (2012) ainda vai dizer que “com esta nova reconfiguração do assentamento vão surgindo inúmeras dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas, sendo uma delas, a procura de trabalhos em fazendas vizinhas, se tornando de certa forma assalariados temporários”, o que segundo eles, ajuda nos gastos diários da família, na manutenção do lote, evitando o êxodo rural, fatores que tornariam impossíveis caso não houvesse esse complemento.

Os assentamentos possuem uma estrutura social que combina dois aspectos essenciais da vida humana. É um local onde se desenvolve a produção econômica e garante as condições básicas para a manutenção das famílias e ao mesmo tempo é um espaço de moradia, mas também de reprodução da vida, enfim, um território onde se desenvolvem diversas atividades culturais, estabelecendo diversas relações sociais, “constituindo-se em comunidades diversas e solidárias entre si” (MARTINS, 2006, P.8).

Portanto, o que marca o assentamento é a sua diversidade. Diversidade de pessoas, de experiências, de histórias de vida, de interesses, de produção, de compreensão do mundo e de relações sociais. Diversidade religiosa, de comportamento pessoal, de gestão da família, etc.

Todo este processo cria outra dimensão do espaço de socialização política, que podemos dar o nome de espaço interativo.

Fernandes, sobre esta interação, aborda que:

A interação acontece porque as pessoas se identificam, compreendem que têm trajetórias semelhantes: são migrantes, em grande parte camponeses expropriados há anos ou décadas, desempregados do campo e da cidade, sem perspectivas de trabalho estável (FERNANDES, 2001, P. 23).

Logo, ao se interagir com as famílias assentadas, é necessário e indispensável que se leve em conta e se compreenda este conjunto de relações que compõem a vida das pessoas. Evidentemente que em certos momentos da vida do assentamento, algumas destas dimensões ganham relevo e afetam as preocupações do conjunto das famílias assentadas. Mas, o importante é compreender que o assentamento é esta síntese de múltiplas determinações. “É uma totalidade, que reproduz em uma micro estrutura social, todos os componentes presentes na esfera macro

da sociedade que lhe envolve e lhe subordina”. (MARTINS, 2006, p. 13).

O que marca os assentamentos de Reforma Agrária conquistados pelo MST, é a organização das famílias. Isso se deve ao engajamento que muitas pessoas têm mesmo antes do processo de ocupação de uma determinada área. Esses engajamentos se dão nas Comunidades Eclesiais de Base, nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações entre outros.

[...] Antes de vir pro assentamento nós já tinha lá em Cáceres uma associação que chamava ASPROAC – Associação de Produtores Agropecuários de Cáceres, como nós tinha um compromisso também de lutar pela comercialização a gente abriu uma feira permanente em Cáceres, aí nós veio pro assentamento com experiência de que a feira dá certo, nois começamos organizar aqui [...] (Nério Souza – Conselho Fiscal da ARPA e coordenador do grupo, maio de 2014).

O Assentamento Roseli Nunes é um exemplo dessas iniciativas de organização interna até porque boa parte das famílias que aqui chegaram, trouxeram consigo alguma experiência já vivenciada, seja no trabalho coletivo ou na produção. Essas experiências foram motivadoras das discussões em torno da produção, organizando-se em grupos de famílias, que se denominam núcleos de base, e em seguida criaram os grupos de produção e seus instrumentos legais do ponto de vista da burocracia do estado. Assim cria-se a Associação Regional de Produtores Agroecológicos – ARPA que segue organizando um número significativo de famílias em torno da produção e da comercialização dos produtos em nível de grande região.

Atualmente, 88 famílias são associadas, sendo 63 do Assentamento Roseli Nunes, 15 do Assentamento Florestan Fernandes (Município de São José dos Quatro Marcos) e 10 do Assentamento São Saturnino (município de Curvelândia).

Entretanto, mesmo o assentamento simbolizando para a sociedade como um território que antes era do latifúndio e que tem agora um novo governo, não mais controlado por uma família latifundiária, mas por centenas de famílias camponesas que acessaram a terra através da luta pela sua democratização, dando oportunidade de trabalho e vida para

elas, onde se eliminou de certa forma o trabalho assalariado e sua exploração, colocando em seu lugar o trabalho familiar, onde prevaleceu a produção diversificada e não apenas o monocultivo.

Embora se tenham todos esses avanços, isso não significa dizer que foram resolvidos todos os problemas existentes no cotidiano dessas famílias. Existem ainda muitas resistências em torno do trabalho coletivo, portanto estas famílias que hoje estão organizadas nestes grupos ainda produzem individualmente, elas apenas comercializam e compram os insumos coletivamente. Ainda há divergências no que tange à produção orgânica e agroecológica. Com tudo isso, há ainda que se compreender que o assentamento também está mergulhado em um emaranhado de relações sociais que geram a exploração econômica, a dominação política e o controle ideológico, porque continua sendo um espaço em disputa.

É em decorrência deste conjunto de razões, que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtora de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos **nem sempre (grifo meu)** os têm considerado em suas políticas públicas. (OLIVEIRA, 2001, p. 189).

Passados treze anos da conquista da terra e da resistência das trezentas e trinta e uma famílias que foram assentadas, a persistência talvez seja a parte fundamental de todo esse período. Olhando para todas as iniciativas que já experimentaram, hoje existe a Escola Estadual Madre Cristina que tem se tornado referência em Educação do Campo e está localizada na área central do assentamento, e tem na direção mulheres, há também cinco grupos de produção de hortaliças articulados na ARPA, sendo a produção de hortaliças essencialmente conduzidas por mulheres e a ARPA, articuladora central de todos os grupos que atualmente é presidida também por uma mulher.

É importante também, destacar a escola Madre Cristina que foi construída dentro do assentamento para atender as famílias assentadas com uma educação diferenciada, fundamentada na pedagogia de Paulo Freire, ensino e aprendizagem que envolve os educandos e educandas como sujeitos históricos no processo de educação. Esta escola vem se tornando

uma referência na educação do Campo, mas também de inserção da comunidade.

São vários cursos, como: ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos. Há ainda uma turma de ensino médio integrado profissionalizante em agroecologia.

Atualmente a comunidade conta com profissionais formados em curso de administração e gestão das unidades de produção familiar. Conta também com profissionais da educação formados em pedagogia, história, educação do campo e agronomia. Todos esses cursos aconteceram em diferentes locais do Brasil através do Programa Nacional de Educação em Áreas da Reforma Agrária – PRONERA.

Esta escola atualmente conta com 387 educandos e educandas e um número de 47 pessoas, sendo educadores, educadoras e demais funcionários que tocam as demandas da escola, desse número de 47 pessoas, somente nove são homens.

Podemos dizer que, até aqui as mulheres deram passos importantes, mas isto não significa dizer que foram suficientes, porque como podemos observar neste caso, os espaços da escola e da produção de hortaliças são vistos pela sociedade como espaços de atuação feminina. Portanto, o grande desafio é fazer desses espaços um espaço de debates políticos relacionados à superação das desigualdades de gênero.

### 3. CAPÍTULO II

#### 3.1. GRUPOS DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

A cooperação familiar e camponesa, para o MST (1996), é a introdução na agricultura dessa divisão social do trabalho, de forma cooperada. A agricultura não conseguirá se desenvolver se cada assentado ou pequeno agricultor familiar continuar fazendo tudo sozinho ou com sua família desde o preparo do solo até a colheita.

Então, a cooperação desta forma, é o jeito de unir ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer algo em conjunto: comprar e utilizar máquinas (trilhadeira, trator, ceifadeira, etc.), comprar matrizes animais, produzir lavoura em conjunto. E, até chegar ao ponto de ter a terra, capital, trabalho em conjunto. Surge assim o agricultor familiar cooperado. (Caderno de Cooperação n<sup>o</sup> 11, 2004).

Esta forma de organização facilita de certa forma a comercialização, bem como a compra de produtos, porque ao juntar as pequenas compras e vendas individuais dos produtos, as famílias assentadas garantem maior poder de barganha de preços e têm menos despesas com transporte, material, mão-de-obra, etc.

Neste contexto, a concepção de cooperação do MST é que as famílias assentadas devem buscar uma cooperação que traga desenvolvimento econômico e social. Desenvolvimento de valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscam deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isto, a cooperação deve ter uma intencionalidade organizativa dos trabalhadores, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo.

Para o MST, a cooperação não é vista apenas pelos objetivos sócio-políticos organizativos e econômicos que ela proporciona. Ela é uma ferramenta de luta, na medida em que contribui com a organização das famílias assentadas.

Segundo Christoffoli:

Ao iniciar uma experiência de cooperação, as famílias assentadas envolvidas devem ter clareza de que na medida em que acontecem determinadas condições objetivas, a cooperação precisa mudar de forma, precisa avançar. Sem este salto de qualidade a forma entra em crise, estagna e tende a quebrar. A cooperação precisa ser

compreendida como um processo (CHRISTOFFOLI, 1998, p.81).

A partir desta concepção, o MST, ao longo das experiências na área da cooperação vem construindo vários objetivos que de fato atendam a verdadeira intencionalidade do ato de cooperar. São eles:

- Criar independência financeira para organizar, fazer a produção nos assentamentos, organizar mercado, etc.
- Aumentar a produtividade do trabalho
- Aumentar a divisão do trabalho e a especialização das pessoas envolvidas
- Racionalizar a produção de acordo com os recursos naturais
- Fazer adequação tecnológica
- Comercializar a produção
- Desenvolver agroindústrias
- Embelezamento de moradias
- Infra-estrutura básica (estradas, escola, posto saúde, água, energia entre outros)
- Igualdade de direitos entre homens e mulheres
- Maiores possibilidades de lazer
- Ampliar a resistência ao capitalismo
- Desenvolver a consciência política das famílias assentadas
- Fazer articulação política
- Acumular forças para transformação social (Caderno de cooperação, nº 11, 2004).

As condições objetivas e subjetivas que determinam a possibilidade da cooperação nos assentamentos devem estar orientadas por estes objetivos. São eles elementos fundamentais para o desenvolvimento de diversas formas de cooperação. (caderno de cooperação nº5, p. 72).

As condições objetivas estão relacionadas aos diversos fatores da produção, ou seja, à situação da terra, os meios de produção, o mercado e as potencialidades econômicas em uma determinada região. As condições subjetivas estão relacionadas à voluntariedade das famílias em participar de formas cooperativas, bem como o nível de conscientização e a capacidade de organização.

Os grupos de produção no assentamento Roseli Nunes surgiram dentro dessa perspectiva. Na tentativa de garantir renda para as famílias e ao mesmo tempo como uma forma de resistência para permanecerem na terra conquistada.

Esses grupos de produção estão inseridos e organizados pela ARPA – Associação Regional de Produtores/as agroecológicos, que foi criada com a finalidade de fortalecer a luta camponesa da região sudoeste de Mato Grosso, bem como organizar formas coletivas para compra de insumos, produção e comercialização dos produtos.

A ARPA foi fundada em 2003, é uma entidade civil sem fins lucrativos, de personalidade jurídica e que tem no seu quadro de filiados é as próprias famílias que estão inseridas nos grupos de produção. Horácio Martins de Carvalho fez um estudo sobre associativismo em áreas oficiais de assentamentos de Reforma Agrária no Brasil e constatou que:

O associativismo econômico nas áreas oficiais de reforma agrária, enquanto mediação entre o indivíduo e o coletivo social e entre as famílias de trabalhadores rurais e o mercado, tem ocorrido supondo: Potencializar as forças produtivas familiares durante o processo de produção; Proceder a uma divisão técnica do trabalho entre as famílias dos assentados para maior e melhor uso da força de trabalho e dos meios de produção; Aumentar a escala de comercialização (compra e venda) para obter maior poder de barganha comercial; Agregar valor, pelo beneficiamento e agro-industrialização aos produtos de origem primária; Ampliar o grau de organização política e social entre as famílias assentadas para relacionar-se com o Estado; Desenvolver maior solidariedade entre as pessoas. (CARVALHO, 1998, p. 6).

Segundo o Regimento Interno da ARPA debatido e elaborado pelas próprias famílias associadas, constituem-se como princípios fundamentais:

- Não usar veneno, respeitar o meio ambiente como; terra, água etc.;
- Produzir para subsistência;
- Formar grupos no mínimo de cinco Famílias;
- Participar da reunião e assembleia, não podendo ausentar de três reuniões ou assembleias, caso aconteça, será considerado descumprimento dos princípios da Associação;
- Respeitar decisões coletivas e da diretoria, conforme o estatuto;

- Os problemas da Associação entre agricultores sócios não poderão ser discutidos nas esquinas, bar ou nas estradas, mas sim em reuniões coletivas ou com a diretoria;

- Não filiar pessoas sem primeiro participar de um processo formativo;

- Os produtos a serem comercializados terão que ser de boa qualidade para o consumo;

- Lutar e contribuir para o crescimento da Associação, animando as famílias e convidando para participar;

- O não cumprimento deste regimento automaticamente será desfilado da Associação. (Regimento Interno da ARPA, 2003).

Como se pode observar, todos os pontos citados tratam sobre o indivíduo inserido no coletivo, por isso é um documento que está permanentemente em processo de construção. Sempre que se faz necessário é acrescido algum ponto, que de alguma forma vai lapidando os comportamentos das pessoas dentro desses grupos.

No capítulo II, artigo segundo do Estatuto Social da ARPA está escrito: São objetivos e finalidades da ARPA:

- a) Fortalecer a luta dos trabalhadores rurais da Região Sudoeste de Mato Grosso por melhores condições de vida na zona rural;

- b) Contribuir no planejamento da produção agropecuária buscando estimular e difundir o uso de tecnologias apropriadas e o manejo agroecológico dos sistemas de produção;

- c) Organizar formas coletivas de compra de insumos, ferramentas e equipamentos necessários à produção e consumo nos sítios e as vendas associativas dos produtos agropecuário e extrativista dos agricultores;

- d) Lutar de todas as formas para garantir os direitos dos associados e de todos os trabalhadores no que diz respeito ao acesso a: terra, crédito, assistência técnica, saúde pública gratuita e educação rural gratuita, transporte coletivo e de cargas; beneficiamento; armazenagem; preço justo; lazer e liberdade de organização e expressão.

São esses os instrumentos que vão possibilitando a vivência coletiva. Pode-se dizer que os grupos coletivos, além da possibilidade de vivência dos novos valores, também representam um importante passo para organização da produção, por aglutinar pessoas ou famílias que estão dispostas a se organizarem. Dessa forma, não é exigido um número mínimo ou máximo para participar, pois se constituem como grupos informais e funcionam sem necessidade de legalização.

A opção pelo trabalho coletivo, neste caso, a cooperação, significa não só a divisão social do trabalho, mas a abertura de

possibilidades de pensar melhor as moradias, adquirir infraestruturas, como água, escola, energia, estradas, entre outras.

Portanto, a cooperação deve ser para os camponeses uma contraposição ao modelo convencional, o chamado agronegócio que historicamente tem demonstrado uma grande insustentabilidade. Por isso ela deve ser um “instrumento de luta e deve cumprir um papel educativo entre os camponeses” (MST, 1989).

Ademar Bogo em seu texto sobre o debate da cooperação (1994) aborda que:

A cooperação dentro do capitalismo deve ter um sentido estratégico, sem cair em desvios. Mas fazer com que os trabalhadores e trabalhadoras, elevem seu nível de consciência a partir do desenvolvimento de experiências coletivas. Portanto a cooperação, no capitalismo, além de cumprir este papel de organizar os trabalhadores e trabalhadoras em torno da produção cumpre um papel educativo. (BOGO, 1994, P. 17).

Diante deste processo “educativo” podemos dizer que as formas coletivas de trabalho possibilitam uma maior convivência social, trazendo vantagens para a mobilização das famílias e, ao mesmo tempo, conscientizando-as, pelo fato de que a própria vivência social exige maior troca de ideias, manifestações de posições diferentes e de informações.

Foto 1: Reunião da coordenação da ARPA



Fonte: Devanir, maio/2014.

Conscientização implica experimentação, participação, discussões e tomada de decisões. Assim, as reuniões se tornam espaços imprescindíveis para socialização das discussões, bem como a distribuição das tarefas, elemento importante no processo de elevação da consciência.

Segundo Pedro Ivan Christoffoli (1998):

A cooperação é entendida como um grande instrumento pedagógico para a construção do ser social. Ela permite as pessoas a romperem com a auto-suficiência e o individualismo e acreditar no êxito da força conjunta. (CHRISTOFFOLI, 1998, P.82).

Assim surgem os grupos coletivos em assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. No geral têm surgido a partir de agrupamentos de famílias de trabalhadores rurais com base em discussões desenvolvidas nos períodos de acampamento (fase inicial da luta pela terra).

Nessa etapa de existência do grupo coletivo, necessariamente ocorre uma simplificação tanto da configuração organizacional como dos processos internos, principalmente em relação à gestão, por isso tendem a se simplificar os trabalhos do dia a dia. “O comportamento ideológico do camponês é um processo de tipo artesanal, porque opera em um processo produtivo pelo qual inicia e termina.” (SANTOS DE MORAIS, 1986, p. 12).

É neste momento que os indivíduos enfrentam o aparecimento dos reflexos contraditórios da sua existência anterior. No decorrer do processo, o funcionamento das estruturas coletivas condiciona não apenas a divisão social do trabalho em escala de criação de setores, mas a convivência social, que de alguma forma desafia o indivíduo a superar o individualismo, ao mesmo tempo em que é desafiado a dar respostas, principalmente econômicas, para o grupo. Isso às vezes causa angústias e insegurança diante do coletivo, porque tudo acontece ao mesmo tempo.

### **3.2. A Agroecologia como instrumento de resistência**

A partir dos anos 60 e 70, a Agroecologia ganha espaço no debate acadêmico através de pesquisas nos diversos campos, porque se trata de processos econômicos e de agroecossistemas sustentáveis do ponto de vista do próprio sistema, considerando a diversidade ali existente. É possível com isso, dizer que a Agroecologia pode e deve se tornar uma nova Matriz tecnológica para o campo, fazendo contraponto ao modelo vigente, o agronegócio. A Agroecologia deve ser desenvolvida como um fator a favor da vida.

Luiz Carlos Pinheiro Machado sobre a agroecologia afirma que:

A agroecologia deve ser entendida como um método, um processo de produção – animal e vegetal – que resgata os saberes que a “Revolução Verde”<sup>9</sup> destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários progressos científicos e

---

<sup>9</sup> Por “Revolução Verde”, inspirada pela FAO e pelo Banco Mundial (Londres, 2011), se entende o processo de interiorização do capitalismo no campo, a partir dos anos 60, com a introdução das monoculturas e destruição da biodiversidade, para facilitar o uso de máquinas de grande porte nos “tratos culturais” e por em prática a tráfada capitalista: tempo, custo, lucro.

tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, que é fundamental básico e indispensável em qualquer escala. (MACHADO, 2014, p. 36).

A Agroecologia tem se transformado em objeto de estudo no sentido de compreender as relações que são estabelecidas, bem como possibilitar um manejo sustentável dos agroecossistemas. Segundo Denis Monteiro:

Agrossistemas camponeses, desenhados segundo os princípios da agroecologia, buscam relações de maior autonomia com o ambiente econômico externo, seja garantindo diversidade de produção para autoconsumo, e, portanto, gerando renda não monetária, seja evitando ou minimizando o consumo de insumos e equipamentos industriais, tratores, equipamento industrial, tratores, equipamentos de irrigação, fertilizantes, sementes comerciais e agrotóxicos, seja buscando diversificar os mercados para os produtos orgânicos gerados nos agroecossistemas, priorizando os mercados locais evitando, sempre que possível, relações de subordinação aos mercados capitalistas. (MONTEIRO, 2012, cito no Dicionário Educação do Campo, p. 69).

O fundamento principal da Agroecologia está na capacidade da ação dos próprios ciclos da natureza, como captação da energia solar, da chuva, do ar e especialmente da atividade biológica do solo. Isso sim pode proporcionar uma agricultura verdadeiramente sustentável.

A agricultura sustentável aqui entendida como um conjunto de técnicas que objetiva maximizar os benefícios sociais e econômicos da auto sustentabilidade do processo produtivo; minimizar e mesmo eliminar a dependência de insumos provenientes de processos de síntese química e proteger o ambiente. (MACHADO, 2004, P. 26).

A agricultura camponesa sustentável, segundo a Via Campesina, é uma combinação do descobrimento e revalorização dos métodos camponeses tradicionais e da inovação de práticas ecológicas. (NÓBREGA, 2013, P.31).

Outro fator importantíssimo neste processo é a produção de alimentos limpos e a eficiência social, considerando os aspectos econômico, técnico, ambiental, social, político e cultural do ser humano. Luiz Carlos Pinheiro Machado diz que:

A Agroecologia é uma ciência multi, inter e transdisciplinar. Multi porque requer, necessariamente, conhecimentos de diversas disciplinas. Inter porque é preciso que esses conhecimentos interpenetrem-se dialeticamente entre si e que a abordagem das questões seja holística e sistêmica. Trans porque é preciso que os atores da Agroecologia consigam relacionar os conhecimentos e conceitos das diversas disciplinas, e esses a uma análise mais global de funcionamento da sociedade e das perspectivas de mudança. (LCPM, p. 01).

Dentre todos os processos fenomenais agroecológicos, gostaria de destacar a Teoria da Trofobiose<sup>10</sup> quando Chaboussou ainda nos anos 60, descobriu que *“todo o processo vital encontra-se sob a dependência da satisfação das necessidades do organismo vivo, seja ele vegetal ou animal”*. (CHABOUSSOU, 2006). Sendo assim, esta descoberta constitui a base para compreender o processo produtivo.

Dada à importância deste processo, podemos dizer que embora se estude muito sobre a Agroecologia, a não consideração desse processo na produção e na vida das pessoas, nos levará a grandes equívocos ao avaliar o ataque de insetos e o aparecimento de doenças nos vegetais se não olharmos para as outras dimensões da vida.

Contudo, pode-se afirmar que a Agroecologia é uma construção da ciência a serviço do campesinato? Há pesquisadores e estudiosos dizendo que há na academia uma crescente abertura de espaços para a perspectiva agroecológica nas instituições brasileiras de ensino, pesquisa e extensão, revelam ainda a existência de sinais de mudança na academia frente aos efeitos negativos da modernização agrícola sobre a sociedade e a natureza. Se esse processo ainda não foi capaz de reorientar as concepções e práticas das instituições, as sementes dessa mudança encontram-se amplamente disseminadas e germinam pela ação de educadores, pesquisadores e extensionistas que, individual ou

---

<sup>10</sup> Estudo desenvolvido por Chaboussou no final dos anos 1960, na França, relacionada à saúde das plantas ao seu equilíbrio natural.

coletivamente, inovam na forma de entender e de participar da produção e da socialização de conhecimentos para o desenvolvimento rural.

Para os movimentos sociais do campo, principalmente os movimentos articulados na Via Campesina<sup>11</sup>, o debate da Agroecologia se intensifica a partir do final da década de 90, e com maior força a partir dos anos 2000. Segundo Gubur:

Foi neste mesmo período que o debate da Agroecologia se expande e de certa forma se populariza em contestação à “Revolução Verde” que havia surgido com força no Brasil nos anos 1950-60, fortemente carregada de falsas ideologias, onde o combate à fome da população mundial era o maior argumento. (GUBUR, 2012, p. 57).

Ao longo desse processo consolidam-se duas vertentes de pensamento, a da Agroecologia e a da chamada “Revolução Verde”. É a partir daí que se materializam pesquisas em diferentes temas e campos do conhecimento, buscando englobar processos econômicos, ecológicos, sociais, culturais e políticos nas análises, com o intuito de complexificar a forma de conceber e compreender as unidades familiares de produção, em contraponto às fazendas e empresas capitalistas do campo.

É neste período que a Agroecologia passa a ser inserida como atividade curricular nas escolas agropecuárias de nível médio e universidades com o intuito de conceber, construir, estudar e propor, a partir de seus princípios, agroecossistemas sustentáveis. Será possível com isso, dizer que a Agroecologia pode se tornar uma nova matriz produtiva e tecnológica para o campo contrapondo-se à agricultura capitalista moderna? Segundo PETERSEN:

A agricultura familiar camponesa sempre foi mal compreendida. Ela vem sendo comumente definida como um anacronismo histórico, uma vez que não possuiria meios para superar os limites técnicos subjacentes aos recursos que têm à disposição para trabalhar. Com base nessa

---

<sup>11</sup> Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra - MST, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, entre outros.

suposição, acredita-se que o seu futuro está condenado a ser uma repetição ininterrupta do seu passado. Por essa razão, o desaparecimento do campesinato, como vem sendo profetizado há mais de um século, seria uma consequência lógica do avanço da agricultura capitalista e da modernização tecnológica a ela associada. No entanto, os camponeses não só vêm contrariando esses prognósticos com a sua permanência durante todo o período da modernização, como os desafia com o desenvolvimento de novas formas de auto-recriação diante do avanço físico e político-ideológico da agricultura empresarial capitalista em pleno século XXI. (PETERSEN et al, 2009, p.92).

Uma das características mais fortes da agricultura empresarial capitalista, é que ela é parcial porque não atinge todas as fases do ciclo produtivo e não produz alimento e sim produtos para exportação, exceto quando recebe inovações tecnológicas, como exemplo a cana de açúcar, que crescentemente vem sendo cultivada em grande escala para produção de etanol. Há de se considerar ainda, a grande urbanização que ocorreu também na década de 70 do século XX, isso reforça ainda mais a ideia de que é preciso aumentar a produtividade no campo através de grandes máquinas agrícolas, as quais nunca foram pensadas para atender a agricultura familiar camponesa<sup>12</sup> com base nos princípios da agroecologia.

Portanto, a agricultura capitalista moderna inviabiliza o crescimento do país do ponto de vista da agricultura camponesa e de uma maneira ainda mais gritante do ponto de vista da agroecologia, porque o Estado brasileiro não tem subsídios significativos para a produção agroecológica, enquanto que a agricultura moderna é constantemente financiada, é só observar o montante de valor que foi aprovado pelo Governo Federal para o Plano Safra 2012/2013 em todo

---

<sup>12</sup> Agricultura familiar e camponesa entendida como formas familiares de produção agrícola e extrativistas. Para Costa (2000 p.116-130), “agricultura camponesa é o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso a terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho aos que se apropriam do resultado dessa alocação”.

Brasil. O valor para a agricultura familiar foi de R\$ 22,3 bilhões, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário –MDA, enquanto que para a Agricultura capitalista moderna o valor foi de 115,2 bilhões, dados do Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MAPA<sup>13</sup>.

A agricultura capitalista moderna é o processo de utilização de técnicas avançadas como adubação química, controle de pragas por meios químicos e é também o aprofundamento das relações capitalistas no campo, que se dão pelo uso do trabalho assalariado, produção para o mercado e não para o autoconsumo e constituição de verdadeiras empresas rurais.

Segundo Cavalcante (2008), “Mato Grosso é um Estado de forte investimento do governo federal e de empresas nacionais e internacionais para a produção da soja que ainda é o carro chefe”. O grande esforço voltado para esse fim faz com que as acumulações fundiárias, monetárias e de poder elaborem ciclos sucessivos de expropriação camponesa e de exploração do trabalho e manipulação das forças executivas, legislativas e judiciárias.

O autor aborda ainda que de maneira geral, as políticas de desenvolvimento do Mato Grosso abrangem três âmbitos: o geopolítico, voltado para a distribuição de terras para efetivar a “ocupação”; o âmbito econômico, para fortalecer a economia nacional através da produção e consumo de bens; e o âmbito social, no sentido de transferir o “excedente” populacional do Sul, Sudeste e Nordeste brasileiro.

A Agroecologia é o processo de protagonismo dos próprios camponeses, trazendo de volta as técnicas que ao longo da história foram utilizadas, mas que de uma forma muito devastadora a “Revolução Verde” destruiu. Esse protagonismo é fundamental para a construção e disseminação deste “novo” projeto para o campo brasileiro.

Segundo Emma Siliprandi:

Este protagonismo dos camponeses será central no pensamento agroecológico, basicamente em três aspectos: Na construção das suas propostas técnicas, por conta da capacidade da agricultura camponesa de co-evoluir

---

<sup>13</sup> Essas informações poderão ser encontradas nos sites: <<http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2014/05>> e <<http://www.fetraf.org.br/sistema/ck/files/Plano%20Safr%202014-2015.pdf>>

respeitando os processos ecológicos; Por sua premissa de que o desenvolvimento rural só poderá ser sustentável se for baseado no modo de produção camponês; e pelo reconhecimento da necessidade de promover o empoderamento desse grupo social, que foi marginalizado econômica, social, política e culturalmente ao longo da história da humanidade. (SILIPRANDI, 2009, p 108).

Alguns autores da bibliografia consultada para análise desta pesquisa trazem contribuição sobre a importância do protagonismo dos Movimentos Sociais do Campo ao pautarem a agroecologia de forma que a mesma seja praticada pelos próprios movimentos e que seja fortalecida pelas políticas públicas.

[...] as pautas nacionais dos movimentos sociais do campo para as jornadas de luta de abril-maio de 2009 incorporaram novos conteúdos de enorme significado sociopolítico. O enfoque agroecológico passou a integrar as agendas de grande parte dos movimentos como dimensão constitutiva de suas propostas e reivindicações. Em alguns casos, a Agroecologia se inscreve como um dos elementos estruturadores das propostas. Em outros, ela constitui um foco no conjunto das pautas, entendida como um campo de inovação a ser exercitado pelos movimentos e fortalecido pelas políticas públicas. Esses novos conteúdos refletem, de um lado, a incorporação de novos conceitos aos embates que, desde os anos 1950-60, fundamentam a expressão política e as reivindicações específicas dos movimentos sociais do campo. De outro lado, traduzem, no plano da política e das pautas programáticas, o reconhecimento e a valorização dos processos descentralizados de resistência e de inovação agroecológica que vêm sendo protagonizados por uma grande diversidade de organizações de produtores familiares, em escalas crescentes de capilaridade em todos os biomas do país e, de forma bastante ampla, nas próprias bases desses movimentos [...]. (ALMEIDA, 2009, p. 67).

Ao longo das experiências vivenciadas, a ARPA em seu conjunto de filiados, compreende que, “a agroecologia é um processo de acúmulo de saberes, e que toda a ação desses grupos deve ser realizada de forma que propicie o equilíbrio dos elementos essenciais do ciclo da natureza”. (cartilha da ARPA, p.03, não datada).

Para a Via Campesina (2011) a discussão sobre a capacidade alimentar global passa pelo reconhecimento de que a agricultura camponesa, de pequeno porte, é uma das respostas para a crise vivida nos dias atuais. Esta crise é entendida como consequência da especulação e da retenção de alimentos produzidos pelas empresas transnacionais de alimentação. (NOBREGA, 2013, p.30).

### **3.3. Feminismo e Agroecologia**

A luta do movimento feminista que surge no Brasil nos anos 70 e início dos anos 80 é marcada por longos períodos históricos que perduram até os dias de hoje numa perspectiva de superação das desigualdades entre homens e mulheres, mas não só, é também um movimento de luta que tem como base fundamental a luta de classes. Portanto, o feminismo aqui é entendido de acordo SOARES (1994), como uma ação política das mulheres que engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social.

O Brasil neste período (1980-1990) vivia um processo de “modernização” da agricultura que iniciou ainda nos anos 60, a chamada Revolução Verde.

Conforme SILIPRANDI:

A modernização da agricultura ocorrida no Brasil desde a década de 60 seguiu o modelo da Revolução Verde, chamada “industrialização da agricultura”. Apoiado em políticas estatais de crédito subsidiado, pesquisa e assistência técnica, esse modelo promoveu uma mudança no padrão tecnológico de produção agrícola, levando a maior concentração fundiária e a profundas transformações nas relações sociais no campo e na cidade. (SILIPRANDI, 2013, P.329).

Em função dessas mudanças que mexeram com a vida das pessoas, as décadas de 1980 e 1990, também foi um período marcado por grandes propostas para contrapor este modelo. Este movimento foi liderado pelas organizações de Trabalhadores Rurais e até por pesquisadores, acadêmicos e técnicos da burocracia estatal (SILIPRANDI, 2013). Surge então o movimento de “produção alternativa”, produção ecológica, orgânica, biodinâmica e natural. Assim foi se afirmando o movimento agroecológico no Brasil no final da década de 1980.

No Brasil, o campo agroecológico pode ser visto como um movimento social, pois se organizou em torno de questões que ultrapassavam o foco apenas na questão tecnológica e passou a incorporar outros temas e problemáticas sociais [...] como: valorização dos conhecimentos populares; defesa do rural como um modo de vida; preservação da cultura camponesa e da biodiversidade; questões envolvendo gênero e geração; educação rural; construção de novas relações [...]. (SILIPRANDI, 2013, P.330).

As mulheres pobres dos países em desenvolvimento, como o Brasil que vivem em uma economia de subsistência, são as maiores vítimas da crise ambiental, pois são as primeiras a sentirem o reflexo da diminuição da qualidade de vida causada pela poluição ou escassez dos bens da natureza, os quais são explorados indiscriminadamente para satisfazer as “necessidades” dos chamados países de Primeiro Mundo.

Foto n.02 - Vilma mostrando a nascente que resta em seu lote que preserva com muito carinho.



Fonte: Devanir, maio/2014.

No entanto, também são as mulheres trabalhadoras, que ao longo do seu protagonismo político, organizadas nos diversos movimentos de luta, seja nos movimentos de trabalhadoras rurais, nos movimentos de luta pela terra e nos movimentos ambientalistas, vêm qualificando e ressignificando o seu papel enquanto sujeito no cuidado com os bens da natureza.

Agroecologia pra mim é plantar sem agrotóxico, não poluir os rios, não destruir as matas e preservar as nascentes que ainda restam. (Vilma, maio 2014).

Isso não significa dizer que somente as mulheres têm este atributo, mas é preciso frisar que são conquistas das mulheres, principalmente em nossa sociedade, palco de grandes lutas e reivindicações por direitos civis, políticos e sociais.

Emma Siliprandi (2000) aborda que:

Entre os diversos movimentos importantes, o Ecofeminismo, movimento originado na França, por volta da década de 70, com a união entre temas de ecologia e feminismo, busca explicar as supostas ligações existentes entre a contínua destruição da natureza e a opressão das mulheres, contrapondo-se a teoria de gênero que busca desnaturalizar a associação entre mulher, natureza e procriação. (SILIPRANDI, 2000, p.61).

O Ecofeminismo aqui entendido, segundo SILIPRANDI (2000), como uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas e feministas, desde a década de 1970, em várias partes do mundo, procurando fazer uma interconexão entre a dominação da natureza e a dominação das mulheres.

Por outro lado, estamos vivendo um momento na história em que a lógica do capitalismo tem se demonstrado incompatível com as exigências ecológicas para a sustentabilidade da vida no planeta, graças a este pensamento desenvolvimentista vigente, que vê o ambiente como algo inerte e separado de outras relações. Esta forma de pensar foi responsável pela exclusão das mulheres do seu protagonismo na agricultura. Seu conhecimento que era ecológico, plural, foi sendo inferiorizado e/ou perdido.

Portanto, ao contrário do que muitos ecologistas pensam, não é possível ecologizar o capitalismo, assim como também não é possível acabar com a dominação e exploração do gênero feminino sem superar as estruturas capitalistas patriarcais que a mantêm (SAFFIOTI, 2013).

Deste modo podemos dizer que a Agroecologia se transforma numa alternativa, uma contraposição ao modelo de destruição legada pelo capitalismo no mundo todo. Neste contexto, a solução da crise ambiental tanto quanto a da opressão das mulheres, não devem ser tratadas como problemas isolados.

Em uma pesquisa feita por Iara Aquino Henn, no sudoeste do Paraná sobre Agroecologia e relações de gênero, havia uma questão bastante instigante à qual os agentes comunitários e técnicos que por ali trabalhavam deveriam responder. A questão foi a seguinte: as mulheres seriam mais sensíveis a uma agricultura com base ecológica? Para surpresa dela a resposta dos agentes foi a seguinte:

Melhores resultados teriam sido alcançados no processo de formulação e difusão

da agricultura agroecológica se, desde o início, tivessem sido incorporados às mulheres na reflexão coletiva sobre a diversificação de culturas, as práticas de adubação verde, de consorciamento e aumento do cultivo de itens para a alimentação. As mulheres são mais abertas à reflexão e sensíveis às consequências da monocultura. (HENN, 2013, p.72).

Esta é uma demonstração de que as mulheres trabalhadoras desenvolvem um importante papel nos diferentes espaços de atuação. As mulheres também foram e são sujeitos de sua própria história, mesmo nesta sociedade patriarcal ideologizada pelas classes dominantes. Neste contexto, o feminismo na perspectiva socialista, popular e agroecológica constituem como uma ferramenta política de afirmação das mulheres como protagonista na sociedade.

#### 4. CAPÍTULO III

### A PARTICIPAÇÃO E EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES

*“Que nada nos defina,  
que nada nos sujeite,  
que a liberdade seja  
a nossa própria  
substância”.*

*(Simone de Beauvoir)*

O MST surge no período do fim da Ditadura Militar no Brasil. No entanto, a semente foi plantada ainda em 1979, quando acontece a ocupação da Fazenda Macali em Ronda Alta no Rio Grande do Sul, como resultado da efervescência política característica daquele momento. Diferentemente das formas de adesão individual dos demais movimentos de luta pela terra existente, como as Ligas Camponesas entre outros, o MST traz consigo a adesão familiar ao movimento, integrando como um coletivo de homens, mulheres, crianças, jovens e idosos com demandas próprias, mas todos em nome da luta inicial pela terra<sup>14</sup>.

Segundo informações de companheiras desta época, este diferencial, juntamente com o acúmulo político das mulheres que já faziam a crítica dos limites da participação das mulheres nos sindicatos rurais, trouxe o tema da participação das mulheres desde o início do Movimento. Essa crítica era feita pelo movimento de mulheres agricultoras, hoje MMC – Movimento de Mulheres Camponesas e pela ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

---

<sup>14</sup> Informações extraídas do livro “A História da Luta pela terra e o MST” – Morissawa, Mitsue. 1ª Edição, Expressão popular, 2001. Está contida neste livro a história do surgimento do MST, bem como a forma de organização interna.

Foto 3. I Congresso Nacional dos Sem Terra



Fonte: livro História pela terra e o MST/Mitsue Morissawa – São Paulo: Expressão Popular, 2001, p.211.

O I Congresso Nacional do MST, que aconteceu em janeiro de 1985, em Curitiba/PR, reuniu 1.600 delegados e obteve-se a participação de 30% de mulheres, o que já demonstra um alto índice de participação. Nesta atividade aconteceu uma assembleia específica das companheiras e homenagens às viúvas de importantes dirigentes, como Elizabete Teixeira. Também foram homenageadas Margarida Alves e Roseli Nunes - 1ª militante-mãe atuante na época, mas que é assassinada posteriormente.

No I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, foram aprovadas dentre as normas gerais a organização de comissões de mulheres dentro do MST para discutir problemas específicos, o estímulo à participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representatividade, assim como combater toda a forma de discriminação das mulheres e a luta contra o machismo. Por meio da organização destas comissões e coletivos de mulheres do/no MST, as lideranças femininas

começaram a estudar e debater o conceito de gênero a partir de meados dos anos 1990. A necessidade de envolver o todo da organização neste debate culmina na criação do setor de Gênero no Encontro Nacional do MST em 2000. Este teria a tarefa de estimular o debate de gênero nas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST. (MANFORT, 2014).<sup>15</sup>

É importante trazer presente nessa discussão que não só o MST fazia o debate da importância da participação das mulheres, outros movimentos também o faziam, sobretudo o Movimento de Mulheres Agricultoras que lutava pela sindicalização, pelos direitos previdenciários, etc. Também pautaram este debate, as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, a CPT – Comissão Pastoral da Terra, a CUT – Central Única dos Trabalhadores e até alguns partidos políticos, como PT – Partido dos Trabalhadores e o PCB – Partido Comunista Brasileiro.

Gema Esmeraldo (2013) explica que, na década de 80, as ações políticas simbolizavam a possibilidade de abertura da luta de classes para atuar de forma conjugada com a luta das mulheres.

Nesse contexto, quando mulheres rurais participam no município de Cascavel, Paraná, em janeiro de 1984, do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, onde se dá a fundação do MST, anunciam-se novos sinais de atuação política, organizativa e militante de mulheres rurais, forjados em outros espaços de formação e de luta política que as mobilizam a se fazerem presentes naquele encontro. (ESMERALDO, 2013, p. 247).

---

<sup>15</sup> Kelli Mafort é da coordenação nacional do MST e do Setor de Gênero. Matéria publicada na página do MST do dia 31/01/2014. [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br): acesso em 25/11/2014.

A primeira direção nacional do MST era composta por apenas duas mulheres, ambas responsáveis por iniciarem debates sobre como seria a participação feminina nas instâncias. Na década de 1990 algumas organizações internacionais e amigos do MST no Brasil passaram a “pressionar de fora-para-dentro” a necessidade das mulheres se organizarem e aumentarem sua participação, exigindo ações do MST para dar resposta a isto, mesmo que nem sempre positivas. (Setor Gênero MST, 2008).

Sobre isso, Neiva Furlin vai dizer que:

É possível afirmar que, além da pressão interna provocada pela organização das mulheres, fatores externos também influenciaram o MST, para que este fosse se abrindo à atuação das mulheres assentadas, a fim de que tivessem representação em eventos internacionais. (FURLIN, 2013, p. 260).

Os encontros e congressos seguintes do MST apresentaram várias linhas políticas para elevar a participação das mulheres em todos os níveis, mesmo que isto não superasse na prática as limitações da participação das mulheres. Na prática cotidiana, os obstáculos para ampliar a participação das mulheres e o debate teórico (inclusive sobre feminismo) eram enormes e impediam os avanços reais.

Sobre isso, Esmeraldo vai buscar na trajetória de luta das mulheres tanto em Sindicatos de Trabalhadores Rurais, MST, CPT e outros movimentos, a participação significativa das mulheres nas atividades políticas:

Apesar da histórica, embora invisível, atuação política no 1º Encontro Nacional, a participação das mulheres se faz perceber de forma diferenciada, durante o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em janeiro de 1985, em Curitiba, Paraná. Militando, desde décadas passadas nas CEBs, CPT, nas oposições sindicais, mulheres rurais participam do Congresso de forma ativa, afirmativa e organizada. Reivindicam a presença e a participação de 30% de mulheres como delegadas (há registro de mais de 300 mulheres

num universo de 1.500 delegados). Integram os grupos de trabalho, fazem parte de uma coletiva com a imprensa (nacional de estadual) e são homenageadas. (ESMERALDO, 2013, p. 247).

Cria-se, em 1994, o Coletivo Nacional das mulheres militantes do MST, que constrói o primeiro Encontro Nacional das Mulheres do MST, realizado em maio de 1996 após o II Congresso Nacional de 1995. Segundo Furlin (2013, p. 264), foi neste encontro que começaram a falar em Gênero e a discutir as causas da discriminação entre homens e mulheres e da necessidade da construção de uma cultura fundada nas relações igualitárias de gênero.

A ideia, já naquele momento, era ampliar a socialização dos debates e da participação das mulheres. Estas atividades e o avanço da organização interna das mulheres possibilitou que a década de 1990 fosse um período para a aproximação das mulheres militantes ao debate teórico e político sobre a organização<sup>16</sup>.

Não se trata aqui de generalizar essa descoberta enquanto “posição protagonista de mulheres na família” por parte de todas as mulheres que ingressam nas luas do MST, mas de destacar algumas mulheres que, assumindo uma ação consciente de seu papel protagonista na luta e como membro familiar, iniciam um processo reflexivo e formativo interno (ainda bastante limitado regionalmente) e junto às mulheres acampadas e assentadas para semear uma consciência política. (ESMERALDO, 2013, p.249).

Trazer presente a história da participação das mulheres nos Movimentos sociais do campo e, especificamente no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é mostrar que a participação das mulheres em todos os espaços precisa ser conquistada, o que ainda é um grande desafio porque as mulheres têm uma tripla jornada de trabalho que ainda não foi superada e pior, muitas vezes não são visibilizadas ou

---

<sup>16</sup> Informações extraídas do Caderno de Pesquisa Base-I, elaborado pelo setor de gênero do MST, intitulado “História das Mulheres Sem Terra”. (2008-2010).

mesmo valorizadas. São as mulheres que cuidam da casa, dos filhos, do processamento dos alimentos e ainda têm que participar das atividades políticas, sejam elas atividades do movimento ou atividades organizativas do próprio assentamento.

Olhando para a realidade dos assentamentos algumas mulheres têm uma tripla jornada de trabalho, pois têm participação direta também na atividade produtiva, como é o caso da produção de hortaliças, de leite e da própria roça.

Cristiani Beretta da Silva, em um estudo feito em assentamento do MST em Santa Catarina, identificou que:

As relações de gênero no interior de produções subjetivas em acampamentos e assentamentos do MST são muito significativas no conjunto dos discursos e práticas que as constituem. Em primeiro lugar, porque uma das preocupações do Movimento a partir de 1980 foi incorporar algumas discussões de orientação feminista bastante forte nessa década. Depois, porque se investiu muito nas mulheres como sujeitos militantes, com direitos, mas, sobretudo deveres no interior do Movimento<sup>17</sup>. (SILVA, 2003, P.270).

É esse debate, que marca na história do MST, a participação das mulheres, o que não acontece por acaso, já que há todo um investimento pensado e organizado pelo próprio movimento no sentido de trazer as mulheres para o debate de forma que elas compreendam que a opressão da mulher não se deu apenas nas relações entre homem e mulher, mas que há também, uma ideologia de dominação traçada estrategicamente pela classe dominante. Isso remete às mulheres a responsabilidade de serem protagonistas da própria história, de lutarem pela libertação de homens e mulheres enquanto classe trabalhadora.

---

<sup>17</sup> SILVA, Cristiani Beretta da. As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher”: relações de gênero e subjetividades no devir MST - 1979-2000. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Foto 4 - Mulheres do assentamento Roseli Nunes reunidas discutindo sobre relações de gênero.



Fonte: Devanir/maio-2014.

Diante desse contexto, discutir as questões de gênero implica “mexer” com as concepções de mundo, comportamentos, valores e relações sociais que são consideradas “naturais”. Além disso, há uma imensa dificuldade de relacionar o conceito com a realidade, pois se trata de uma abordagem nova para o velho problema da desigualdade entre homens e mulheres<sup>18</sup>. Ao olharmos para esta realidade, nos vemos diante de um enorme desafio, inserir os homens nesses debates como sendo de fato uma questão que envolve homens e mulheres, pois o que se vê no cotidiano somente as mulheres fazendo o debate.

Inúmeros estudos têm sido feitos pelas próprias mulheres comprovando que ao nascermos somos macho ou fêmea, mas ao longo da nossa vida vamos aprendendo a ser homem e mulher. Isso significa que cada um e cada uma de nós vai sendo construído pela sociedade, por isso nos tornamos seres sociais. A sociedade vai determinando como deve ser o comportamento do homem e o comportamento da mulher, estipulando padrões que respondem desde as cores e roupas masculinas

---

<sup>18</sup> Parte do texto elaborado por Cristiane Campos, do setor nacional de gênero MST, do livro “Construindo Novas Relações de Gênero”- julho 2003.

e femininas e o papel social que cada um deve cumprir, mas também hierarquia social, isto é, quem tem mais poder, a palavra de quem vale mais. Sobre isso, Djacira Araújo aborda que:

As relações sociais são produtos das múltiplas interações estabelecidas entre os sujeitos nos vários espaços e instâncias sociais, tendo condicionantes históricos, políticos e econômicos envolvidos nesta construção. Elas ocorrem entre as pessoas e se realizam a partir de determinadas formas de organização do modo de trabalho e de vida nos mais variados contextos, espaços e tempos sociais<sup>19</sup>. (ARAÚJO, 2012, P.01).

Desta forma, as relações vão se reproduzindo na sociedade através de instituições e de instrumentos que vão “enraizando” na sociedade a ideologia da classe dominante. Assim, as pessoas vão se tornando um produto em cada período histórico, e estes, profundamente influenciados pelas relações de produção, pela organização econômica, política e pela ideologia da classe dominante.

A mesma autora ainda vai dizer que:

Estudando as formações sociais observar-se que as classes sociais constroem e reconstruem a organização política, as instituições educacionais e culturais, as formas de organizar o trabalho, e com isso, o conjunto de relações sociais, os valores, as condutas e comportamentos sociais (re) construídos, transmitidos e reproduzidos, em consonância com as construções que a humanidade foi reunindo passo a passo. Desse modo compreende-se que todas as desigualdades inclusive a de gênero não é uma invariante na história, mas sim o produto de formações sociais. As relações entre os sexos não são naturais, mas sociais. (ARAÚJO, 2012, P. 03).

---

<sup>19</sup> ARAÚJO, Djacira. Artigo: As Relações de Poder e Afirmação das Desigualdades de Gênero e Classe, 2012.

Isso nos leva ao entendimento de que as relações de gênero são construídas socialmente e não devem ser vistas como algo isolado da sociedade. Numa sociedade dividida em classes, é evidente que nenhuma relação está desvinculada do contexto da luta de classes. Portanto, o modelo dominante de homem e de mulher regula não só as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e homens, entre mulheres e mulheres. E isso não se dá apenas no nível interpessoal, mas nas relações no mundo da política, da economia, do lazer, da religião e em todas as dimensões da vida.

Várias autoras chamam a atenção também para a importância de pensar a questão de gênero dentro de uma perspectiva da interseccionalidade. Ou seja, as relações de gênero são elementos das relações sociais, que também se interseccionam com as relações de classe, raça, geração, religiosidade, entre outras. (Joana Scott, Joana Maria Pedro, Judith Butler).

Em um estudo sobre Mulheres Rurais na Economia Solidária Nalu Faria diz que:

A percepção e a presença das mulheres no campo são marcadas pela divisão sexual do trabalho e pelas relações patriarcais. Isso fez prevalecer análises a partir do lugar das mulheres nas relações familiares, em geral focando no seu papel de mães, esposas e donas de casa. As relações patriarcais no campo fazem com que a família seja compreendida como um todo homogêneo em que o homem representa os interesses do conjunto e detém o poder de decisão. Dessa forma a partir da família se organiza uma hierarquia de gênero e geração centrada no poder dos homens sobre as mulheres e filhos(as). Essas relações patriarcais se ancoram e são constitutivas de uma visão da economia e do trabalho restritos ao âmbito de mercado. (FARIA, 2011, p.38-39).

Assim, na divisão social do trabalho aparecem, com bastante clareza, as diferenças determinadas pelo gênero. Como disse Simone de Beauvoir<sup>20</sup>: “Cada ser humano nasce macho ou fêmea (sexo). Mas

---

<sup>20</sup> Frase de Simone de Beauvoir, extraída do livro *construindo Novas Relações de Gênero*, 2003, pag. 28.

torna-se homem ou mulher (gênero): Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.

Nesta divisão social do trabalho foi reservada às mulheres a esfera da reprodução (serviços domésticos, educação dos filhos e filhas, o cuidado, o ser para os outros...) e aos homens a esfera da produção (trabalhos que produzem renda). É essa divisão social do trabalho que coloca a mulher numa condição de subordinação e opressão. Embora essa opressão não tenha surgido propriamente da classe dominante, foi neste contexto histórico, assimilada por ela como um dos pilares fundamentais para consolidar a desigualdade entre homens e mulheres.

A grande questão é que, ao definir o que seria produção e o que seria reprodução, estamos estabelecendo uma hierarquia entre os trabalhos, e dizendo que um é mais importante que o outro, como se os dois não fossem igualmente fundamentais para qualquer sociedade. E, é claro, a produção, por ser masculina, é considerada “mais fundamental”, determinante, etc.

Há uma falsa moral imposta baseada na hipocrisia e na mercantilização das relações pessoais, reproduzindo com muita intensidade o poder masculino, o machismo e principalmente a reprodução das ideologias religiosas conservadoras.

Diante disso, é importante ressaltar que as desigualdades entre homens e mulheres não são apenas frutos das privações e carências econômicas, mas de uma inter-relação do sistema econômico pautado nas divisões de classe e na subordinação do gênero feminino em função de relações patriarcais e de dominação do homem sobre a mulher.

Esta realidade nos impõe uma imensa responsabilidade, que é (re) pensar e (re) construir outras formas de relações entre homens e mulheres numa perspectiva de classe e ter bem claro que as mudanças nas relações pessoais não são apenas consequências de mudanças de poder, mas que é preciso colocar como proposta, uma mudança social dentro das modificações políticas e econômicas porque a opressão de gênero não é um simples fenômeno somente da classe dominante, a opressão de gênero está fortemente ligada à propriedade como forma de poder. E isso não muda automaticamente, até porque as desigualdades podem novamente serem reproduzidas dentro de um novo marco econômico. (SILIPRANDI, 2009, P. 60).

Olhando para a realidade dos assentamentos conquistados através da luta pela terra, essa relação de opressão e discriminação não se diferencia na sua essência, porque ainda há uma postura dos homens em relação às mulheres de que o trabalho do homem rende “que o trabalho de um homem vale por duas mulheres” (Cida, maio, 2014).

Essa realidade é apresentada como fruto da natureza, na verdade é estruturada por uma relação social específica entre homens e mulheres, que tem como base material, uma forma de divisão do trabalho, a chamada divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho se organiza a partir de dois princípios: da separação (trabalho de homem e trabalho de mulher) e hierarquização (o trabalho dos homens é mais valorizado). Disso, decorrem práticas sociais distintas, que atravessam todo o campo social. Ou seja, uma sociedade sexuada, estruturada transversalmente pelas relações de gênero. (Danièle Kergoat, 1996, citado por Faria, 2011, p. 39).

É importante ressaltar que há uma divisão sexual do trabalho em todas as famílias, de maneira que o trabalho da horta, trato dos animais (porco, galinha) e o trabalho doméstico são tarefas das mulheres, sendo a lida com o gado, fazer cerca e a roça tarefas dos homens.

Essa prática está relacionada ao fato de que a sociedade patriarcal faz distinção entre trabalho masculino e trabalho feminino, qualificando como trabalho “leve” aquele realizado pelas mulheres e trabalho “pesado” realizado pelos homens.

Foto 5. Trabalho matinal da mulher



Fonte: Devanir, maio/ 2014.

Foto 6. Trabalho matinal do homem



Fonte: Devanir, maio/2014.

Maria Ignez Paulilo sobre isso aborda que:

[...] qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil e trabalho “pesado” que exige força física e é sempre feito por homens. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes

remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro [...]. (PAULILO, 1987, p.03).

Seguindo esta classificação do que seria trabalho masculino e trabalho feminino, o trabalho da horta passa ser atribuição das mulheres nos grupos de produção. De fato, no cotidiano são elas que fazem o trabalho diário da horta, entendido como regar, adubar, tirar o mato dos canteiros, fazer sementeiras e transplantes das plântulas/mudas.

Foto 7. Colheita das hortaliças para entrega na cidade



Fonte: Devanir/maio 2014.

Foi possível perceber no período deste trabalho nos grupos (maio de 2014), que os homens (esposos e filhos) contribuem no momento de preparar os canteiros e na colheita dos produtos, momento que exige um número maior de pessoas. No entanto, nas reuniões os homens ainda são maioria, mesmo que hoje a diretoria da ARPA seja composta por 50% de mulheres.

Sobre isso uma mulher que participa ativamente no trabalho do grupo disse:

A dificuldade que encontro de participação, é da família mesmo, de não querer deixar eu ir participar. A gente pensa, se eu for quando chegar vou ser criticada. Não é falta de vontade. Aqui dentro não tem muita dificuldade. Mas mesmo que eu ando de moto e tudo eles ficam implicando. (Cida – Conselho Fiscal da ARPA, maio de 2014).

Em alguns casos, como neste relato acima, a condição de ser liderança feminina em um meio tradicionalmente masculino, leva-a frequentemente a colocar a questão da valorização do seu trabalho e de suas propostas nos espaços das reuniões. O que se constata é que, essas mulheres envolvidas diretamente nos grupos, vão se constituindo como lideranças fora do seu âmbito familiar, o que leva a uma grande dificuldade de romper com a “cultura” do machismo dentro da própria casa. Isso fica claro quando ela diz “aqui dentro não tem muita dificuldade”, ela quer dizer, dentro do assentamento, a dificuldade maior está dentro da própria casa. Percebe-se nesta fala que a repressão do marido e dos filhos, em alguns casos, é superior à do grupo.

Mas o que leva o marido e os filhos a verem essa participação de forma negativa? Primeira hipótese é que eles certamente vão assumir as tarefas domésticas no período de ausência da mulher, a segunda seria por “ciúmes”, porque a mulher estaria assumindo um protagonismo político que eles não têm.

Entretanto, há uma enorme contradição quanto ao reconhecimento do trabalho produtivo, aqui entendido como o trabalho que gera renda. Todas as mulheres entrevistadas disseram que no início houve uma discriminação em relação ao trabalho desenvolvido por elas no geral, mas que atualmente se sentem valorizadas. O que foi possível perceber no trabalho de campo em maio de 2014, e que talvez ainda esteja na subjetividade é que, elas mesmas atribuem um grande valor ao seu trabalho, este é um elemento importante para continuarem se organizando e participando ativamente dos grupos de produção.

Porém há um descontentamento e uma inquietação em relação à participação nas atividades externas (encontros, reuniões entre outras)

porque muitas ainda sentem dificuldade devido às inúmeras tarefas que desenvolvem, tanto o trabalho doméstico como a produção.

Embora exista no MST toda uma metodologia que motiva as mulheres pra luta, como por exemplo, no incentivo à participação nas instâncias de direção como coordenações dos núcleos de base do assentamento que são compostas por um homem e uma mulher, os setores (produção, formação, frente de massa e outros) são todos coordenados por homens e mulheres, no entanto ainda há uma grande dificuldade de participação das mulheres, isso se deve a uma estrutura historicamente construída, na qual a mulher fica com a maior parte dos afazeres (tarefas domésticas, educação dos filhos...).

**É verdade que** ao longo da história, as mulheres nem sempre se conformaram com essa situação e buscaram formas de resistência à opressão. São conhecidas entre nós as duas grandes *ondas* do feminismo em nível mundial, no século XIX e no século XX. Mas mesmo fora desses momentos-chave, em diferentes épocas, homens e mulheres tiveram que fazer esforços intelectuais e políticos muito grandes para tornar visíveis **essas desigualdades** (grifo meu). (SILIPRANDI, 2009).

Esse descontentamento é fundamental para que as mulheres se reconheçam e se coloquem como sujeitos produtivos nos diferentes espaços, desde a produção cotidiana como nos espaços de decisões.

Em Siliprandi (2009), em seu estudo sobre o ecofeminismo, traz alguns elementos que consideramos fundamentais quanto à participação da mulher e que foram perceptíveis a partir dos depoimentos das mulheres inseridas nos grupos de produção agroecológica, no trabalho de campo em maio, 2014.

A partir dos anos 2000, começaram a serem realizadas algumas pesquisas sobre essa participação das mulheres agricultoras nas lutas sociais rurais, assim como nas experiências produtivas vinculadas ao movimento agroecológico. Pela primeira vez eram enfocadas as mudanças ocorridas nos sistemas produtivos das propriedades rurais do ponto de vista de gênero, o que levou a concluir que, de maneira

geral, participar de experiências agroecológicas proporcionava a ampliação do espaço de atuação dessas mulheres, para além das suas redes de sociabilidade habituais. Foram apontados alguns fatores que favoreceram a melhoria da situação das mulheres nos sistemas de produção agroecológicos:

a) O enfoque agroecológico valoriza as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres (hortas, pomares, criação de pequenos animais, transformação caseira de produtos), envolvendo-as necessariamente em várias etapas do processo produtivo na unidade familiar.

b) A transição agroecológica muitas vezes é vivida pelos agricultores e agricultoras como uma mudança radical no modo de se relacionar com a natureza e com as pessoas, numa perspectiva ética de cuidado com o meio ambiente e com os demais seres humanos. Além de valorizar uma atitude geralmente atribuída às mulheres (o *cuidado*), essa postura abre espaço para o questionamento de relações autoritárias.

c) A forma como se dá a transição agroecológica pressupõe a participação de todos os membros da família, uma vez que esse processo exige a integração do conjunto das atividades da propriedade, muitas vezes sob responsabilidade de diferentes pessoas, quebrando o monopólio gerencial do homem .

d) No período mais recente, passaram a existir pressões por parte de entidades externas às famílias (Estado, ONGs financiadoras de projetos, movimentos de mulheres rurais) para que as mulheres estivessem presentes em maior número nos espaços onde as propostas de apoio à transição eram discutidas, tais como cursos e seminários.

e) A participação das mulheres em espaços públicos, principalmente onde se realiza a comercialização (como as feiras), permite o contato com pessoas e grupos exteriores à propriedade, assim como a aquisição de novos conhecimentos e habilidades, possibilitando o

reconhecimento social do trabalho desenvolvido por elas, gerando maior autoestima.

f) O fato de as mulheres poderem obter, por si mesmas, rendas mais permanentes, recebidas por elas individualmente e fruto direto do seu trabalho, tende a melhorar o seu poder de barganha dentro das famílias, permitindo avanços quanto à sua autonomia. (SILIPRANDI, 2009, P.123).

Todas estas questões, de fato, foram sendo identificadas na vida cotidiana das mulheres, inclusive por aquelas com maior dificuldade de superação da sua condição de doméstica ou outra tarefa considerada feminina.

Antes dos grupos, eu era costureira, fazia jogo de cozinha pra vender, pintar, cuidar das galinhas. Tudo que eu tenho de móveis é graças ao serviço e a produção da horta. Pelo meu marido a gente nunca tem nada, fica com tudo de antigamente, sem nada. Qual mulher que não quer as coisas organizadas? Vai esperar marido dá? O meu mesmo não dá nada não. (Cida - Conselho Fiscal da ARPA, maio de 2014).

Por aí se observa o quanto é importante a participação das mulheres nas diversas formas de organização, pois possibilita uma série de avanços, tanto nas relações sociais que criam um relativo empoderamento político, mas acima de tudo no campo econômico, onde se conferem melhorias nas condições de vida no campo muito significativas, como por exemplo, as próprias moradias.

Foto 8 - Moradia da Dona Emília



Fonte: Devanir, maio/2014.

Foto: 09. Moradia da Cida



Fonte: Devanir, maio/2014.

Maria Emília Lisboa Pacheco vai dizer que:

A participação dedicada pelas mulheres ao trabalho em grupos, associações, organizações e movimentos sociais é necessário para o seu desenvolvimento pessoal. E que a renda controlada pelas mulheres tem mais probabilidade de contribuir para a garantia da alimentação da família e o bem-estar dos filhos do que a renda controlada pelos homens. A desigualdade de gênero na divisão de benefícios na família se manifesta, portanto, de várias formas. (PACHECO, 2009, p. 4-7).

Vários estudos mais específicos apontam para o fato de que as mulheres estão presentes ativamente em todos os espaços produtivos, mesmo naqueles ditos masculinos, além de desempenharem quase que exclusivamente as atividades consideradas reprodutivas, o que faz com que a carga de trabalho delas seja sempre superior à dos homens, porque a manutenção da casa; os cuidados com crianças, doentes e idosos; a manutenção e o manejo da biodiversidade nas hortas, quintais e roçados; a busca de água e de lenha são atividades tradicionalmente atribuídas ao universo feminino. A sobrecarga de trabalho das mulheres tende a se acentuar, como pudemos constatar nas entrevistas que realizamos.

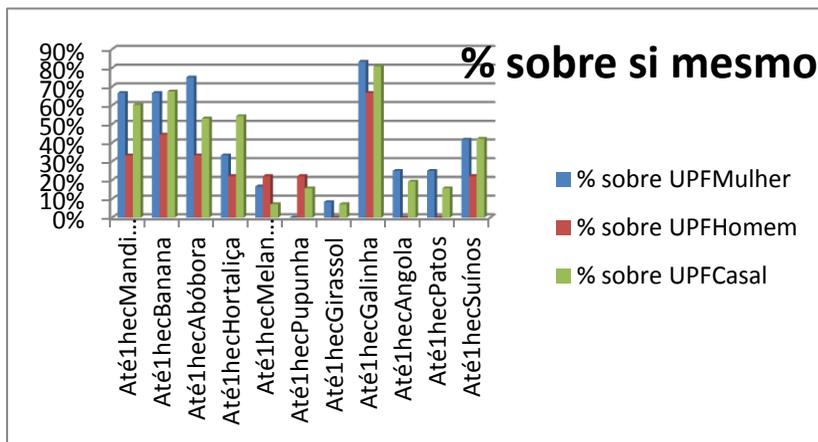
As mulheres são as que mais têm determinação no serviço que faz. As hortas que as mulheres trabalham são bem mais produtivas, porque ela dedica no seu serviço. A mulher tem mais dedicação no que faz. E às vezes tem muitas mulheres que ao invés de falar eu trabalho com meu marido, ela fala “eu ajudo”, isso não existe, porque a mulher ela não valoriza o próprio serviço dela, além dela estar trabalhando na horta também é quem cuida da casa e o esposo não reconhece o serviço de casa como serviço acha que não é serviço. Tem muitas que trabalham e ainda entrega o dinheiro para o marido que não valoriza seu serviço. (Claudineia – Presidenta da ARPA, maio de 2014).

Somos conhecedoras de que as mulheres historicamente sempre tiveram um papel fundamental na promoção da agroecologia, nas áreas

de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos ecológicos e na disseminação de conhecimentos. As mulheres conseguem fazer uma leitura diferenciada da agricultura e propõem alternativas produtivas e econômicas frequentemente motivadas por questões ligadas à reprodução da vida.

O MST/RO, no ano de 2014 e, por meio dos técnicos que atuam nos assentamentos, fez um diagnóstico produtivo nos assentamentos, entre esses, o assentamento Padre Ezequiel, que tem aproximadamente 200 lotes, estes denominados Unidades de Produção Familiar (UPF). Nesta população se conseguiu fazer uma amostra de 104 UPF para permitir diagnosticar, analisar e buscar políticas que beneficiassem de forma mais eficiente às famílias.

Na amostra se mensurou um total de 399 pessoas vivendo nas UPF. Destes, 217 eram maiores de idade, com médias de 3,99 pessoas por UPF, sendo 2,55 maiores de 18 anos. Neste diagnóstico ficou evidenciado que nos lotes chefiados por mulheres e por casais havia uma diversidade de produtos, sendo os lotes chefiados por homens sozinhos, menor quantidade e menor diversidade de produtos, conforme demonstrativo abaixo:



Diagnóstico produtivo do assentamento Padre Ezequiel, Mirante da Serra – RO

Fonte: MST/RO (não publicado)

É importante ressaltar que este diagnóstico ainda está sendo construído, mas desde já traz para o conjunto do MST, dados e revelações importantíssimas tanto relacionado aos produtos, como também ao papel que as mulheres vêm desempenhando no processo produtivo dentro dos assentamentos.

A mulher é mais cuidadosa tanto nos trabalhos de casa, em tudo, tirando um exemplo aqui de casa. Quando começamos a participar dos grupos, eu fui vendo a questão do manejo do pasto, eu dizia para meu marido que a gente tinha que mudar. Eu dizia que deveria fazer piquetes no pasto de forma que desse na água. Meu marido dizia que eu não sabia de nada. Aqui em casa pelos homens tudo é trator eu digo tira isso da cabeça, não tá vendo que isso não dá certo. Daí fui impedindo passar a grade, mantivemos a terra coberta e foi recuperando, hoje olha lá o feijão bonito que tá produzindo. A mulher compreende as coisas mais rápido, os homens demoram demais entender, não sei se é porque não querem... (Cida, maio de 2014).

Embora as propostas das mulheres tenham extrema importância, as relações desiguais de poder entre homens e mulheres, os saberes e as experiências geralmente não são reconhecidas, na maioria das vezes nem mesmo pela família, nem por pesquisadores, extensionistas ou mesmo por lideranças do próprio assentamento.

Baseado nas entrevistas e na realidade vivenciada no campo a partir das relações que são estabelecidas, as experiências têm mostrado, que esses limites só foram superados segundo Cardoso et. al, (2009), nos processos em que a produção agroecológica foi articulada com a superação da divisão sexual do trabalho, a promoção do acesso à informação e com estratégias de garantia da autonomia econômica e política das mulheres.

Sobre isso, Gema Esmeraldo ao estudar o protagonismo das mulheres rurais vai dizer que:

A labuta do homem é central para produzir a autoridade masculina. Essa se ancora no domínio e controle do processo de produção de

conhecimentos que envolvem a gestão do *saber-aprender* e do *saber-fazer* camponês e no planejamento para a realização de todo o ciclo produtivo (escolha das áreas e **manejo**). Há uma ordem simbólica (moral) que se instala para reger o trabalho de homens e de mulheres. O trabalho produtivo é constituidor da identidade e da autoridade masculina e requer a invisibilização ou até a **desconsideração da opinião feminina** (grifo meu), que se anuncia como ajuda. (ESMERALDO, 2013, p.240).

Entretanto, se faz necessário reconhecer que no final do século XX e início do século XXI, a mobilização política das mulheres rurais tem surpreendido a sociedade. Segundo Siliprandi, (2013), isso seria um extrapolamento, o que seria esperado em relação às suas atribuições de gênero. Concordo que a luta das mulheres não tem se restringido somente a reivindicações históricas de inclusão, mas tem avançado em proposições para um novo modelo de produção para o campo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que este trabalho tem uma grande relevância no que se refere a dois aspectos que julgamos fundamentais: o primeiro é que, mesmo com este grande potencial existente nos grupos coletivos, como: terra e trabalho coletivo, não basta olhar apenas para o interior do grupo, é preciso olhar para as relações sociais que ali são estabelecidas. Mesmo porque a vida das pessoas não se restringe ao grupo coletivo, é evidente que estes grupos estabelecem relações políticas, econômicas, culturais e ideológicas com o assentamento onde está inserido, com as comunidades vizinhas e com a cidade. É preciso, portanto, politizar as relações, buscando sempre construir uma nova referência, respeitando principalmente as diferenças culturais.

O segundo aspecto é a compreensão das relações que são estabelecidas em um assentamento, no que se refere à cooperação como uma nova forma de se viver no campo. É um acontecimento novo na vida dessas famílias que, mesmo tendo seus lotes individuais, se desafiam em algum momento a trabalhar no coletivo, formando pequenos grupos, com grandes possibilidades de ampliar e chegar a uma forma de cooperação mais complexa.<sup>21</sup>

Essa alteração na existência social dos indivíduos não se dá em qualquer circunstância. A partir dessas alterações na posição relativa ocupada pelos trabalhadores no processo produtivo, e as implicações de ordem prática e nas alterações de ritmo, conteúdo e intensidade do trabalho, instauram-se uma série de novos elementos objetivos representados pelos objetos mesmos ou pelas novas relações de trabalho/produção, que levam à conformação de reflexos psíquicos diferenciados em relação às experiências anteriores do indivíduo (mas não apenas dele, o mais importante é que essas novas relações acabam se impondo ao conjunto de associados). A realidade pode então ser lida de

---

<sup>21</sup> Complexa no sentido de ampliar as formas coletivas de trabalho, adquirindo máquinas e equipamentos que venham aumentar a produção para atender à demanda de consumo nos bairros e nas escolas das cidades.

várias formas, mas em todas elas novos fatores objetivos impõem-se como componentes ao redor do qual se estruturam uma série de práticas sociais renovadoras. (CHRISTOFOLI, 1998, PG 5).

Uma ponderação a este respeito é que, a base para obtenção de renda de um assentamento ou de um grupo coletivo, é a produção agrícola, portanto as pessoas se organizam em torno da produção e consequentemente para geração de renda. Isso fica claro na fala de uma companheira do grupo que disse “No início a gente ouvia falar que tinha uns grupos. Na verdade nós sentimos vontade de entrar nos grupos pra ter uma renda, unicamente isso” (Cida, maio 2014).

Entretanto, ao se inserirem nos grupos, principalmente as mulheres vão percebendo que podem avançar para além da produção, que é importante trazer outros elementos que venham fortalecer e politizar a organização, bem como melhorar a sua condição de mulher, mãe, esposa e militante da organização.

Saffioti (2013) vai dizer que:

A condição da mulher nas sociedades de classe tem sido vista por numerosos estudiosos como o resultado da injunção de fatores de duas ordens diversas: de ordem natural e de ordem social. Dentre os primeiros, o mais sério diria respeito ao fato de a capacidade de trabalho da mulher sofrer grande redução nos últimos meses do período de gestação e nos primeiros tempos que se seguem o parto. O aleitamento tornaria ainda insubstituível a mãe junto à criança pequena. Estes fatores biológicos são, muitas vezes, utilizados para justificar a inatividade profissional da mulher durante toda a sua existência [...] (SAFFIOTI, 2013, p.85).

É muito interessante observar que esta é uma condição que está posta na sociedade, mas que, no entanto, ao participarem de grupos sociais, elas vão percebendo que pode ser mudada, vão elevando o nível de compreensão e de interesses, passando do interesse individual para o interesse social. Esses interesses sociais vão além da produção de alimentos e da renda, passam-se a questionar e discutir as relações entre mulheres e entre mulheres e homens. Entretanto é importante ressaltar

que esses questionamentos não acontecem de um dia para o outro, mas ao longo de um processo histórico.

SAFFIOTI sugere que:

**As mulheres vão percebendo que** (grifo meu) as relações entre os sexos e, conseqüentemente, a posição da mulher na família e na sociedade em geral, constituem parte de um sistema de dominação mais amplo. Assim sendo (...) as mulheres procuram encontrar explicações para a vigência, ainda hoje, dos mitos e preconceitos através dos quais a sociedade atual tenta justificar a exclusão da mulher de determinadas tarefas e mantê-la, assim, no exercício quase exclusivo de seus papéis tradicionais e das ocupações reconhecidamente femininas. (SAFFIOTI, 2013, p. 230).

Tanto é que no diálogo com as mulheres que participam dos grupos neste período da pesquisa, possibilitou a percepção de que, dependendo do trabalho, da tarefa assumida por elas, há uma inversão nos dizeres que costumamos ouvir em nosso cotidiano. Uma companheira disse “pelo menos aqui, a gente faz reunião e tudo, fazemos as reuniões do grupo. Mais é as mulheres que trabalham mesmo, os homens às vezes ajudam” (Neuza, maio/2014).

Esta última frase é bem forte, fica evidente que as hortas são consideradas atividades eminentemente femininas e não um trabalho de mulheres e homens.

Foto 10. Vilma limpando a roça de abóbora.



Fonte: Devanir, maio/2014.

No entanto, atualmente o que se tem constatado nas inúmeras atividades realizadas (encontros nacionais, locais, reuniões, seminários e outros) para debater a agroecologia, é que há um número significativo de participação das mulheres. Muitas autoras têm chamado a atenção para este fato como sendo uma questão muito positiva. Conforme SILIPRANDI (2013), no II Encontro Nacional de Agroecologia – ENA, realizado em 2006 em Recife que reuniu 1.5000 pessoas, entre essas, 46% eram mulheres. Neste encontro as mulheres já demonstravam uma participação ativa na promoção da agroecologia, inclusive chamavam atenção para a necessidade de valorização do seu trabalho, criticavam a hierarquização e a fragmentação entre o trabalho produtivo e reprodutivo, entre outras questões fundamentais.

Sempre é bom lembrar que o problema da subordinação, opressão, discriminação e exploração do feminino não está na mulher, pois, como já discutido, gênero não é um atributo individual, mas social. O problema, então,

está localizado nas formas como a sociedade se organiza. Enquanto estas não sofrerem modificações, pouco avançaremos em busca de uma situação mais igualitária e equilibrada entre homens e mulheres. A dupla jornada de trabalho, a baixa remuneração, o preconceito e a desvalorização muitas vezes não são questionadas nem pelas próprias mulheres, pois são tratadas como “naturais”. Poucas são aquelas que adquirem consciência destes mecanismos e se propõem discutir ou mesmo desafiá-los. (DIOGO et al, 2006, p. 18).

É interessante perceber que as mulheres, ao se ingressarem em uma organização como nesse caso dos grupos de produção, mesmo que o interesse inicial seja econômico, elas vão percebendo ao longo do tempo que não basta somente melhorar o poder econômico, existem outros elementos que também precisam ser abordados no debate que são: as relações matrimoniais, a participação das mulheres e a educação dos filhos, enfim (re) aparecem questões que até então pareciam não existir ou que estavam adormecidas.

SAFFIOTI (2013) sobre isso vai dizer:

Seria ilusório, entretanto, imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente. A realização histórica de sociedades de economia coletiva tem mostrado que, embora a emancipação econômica da mulher seja condição *sine qua non* de sua total libertação, não constitui, em si mesma, esta libertação íntegra (SAFFIOTI, 2013, p.238).

Passados dezoito anos entre a ocupação da área e a consolidação do assentamento Roseli Nunes, fica uma grande lição: não basta somente ter a terra, ao conquistá-la é preciso pensar nas formas de sobrevivência, pensar nas diversas formas de resistir ao enfrentamento cotidiano entre o território conquistado e os inúmeros latifúndios que ainda dão lugar ao monocultivo como sendo a forma viável de viver e

produzir no campo. É pensando nessas diversas formas de resistência que surgem grupos de produção, mas também de convivência, de diálogo, de troca de experiências, troca de saberes, de estudo e debate, enfim de socialização da vida.

PAULILO vai dizer que:

As assentadas estão inseridas num espaço privilegiado não só para a reflexão, como também para a ação. O simples fato delas não estarem mais isoladas “cada uma em suas casas” e, sim, muito mais próximas geograficamente do que sempre estiveram antes já é um elemento novo e mobilizador. (PAULILO, 2000, p.5).

É verdade que este é um fator fundamental para a organização das mulheres. É pensando nisso que o MST propõe a formação de núcleos de base desde o parcelamento da área, de forma a possibilitar esta articulação das famílias e conseqüentemente a organização das mulheres e da juventude.

Mesmo com todo este potencial organizativo, ainda existem muitos limites em relação à implementação da agroecologia nesses grupos. Os limites se apresentam em torno do melhor aproveitamento dos insumos internos (adubos, sementes entre outros), no entendimento entre o controle biológico e o uso de agroquímicos, a integração entre animais e vegetais etc.

Agroecologia é muito importante. Falar sério, a gente não vive a agroecologia. A gente não faz a agroecologia, agroecologia é manejo do solo, etc. O que a gente faz é não usar agrotóxicos, a gente tenta controlar com outros produtos naturais. A agroecologia pra mim é muitíssimo importante pela natureza por tudo. (Cida, maio 2014).

Embora ainda existam muitos limites em relação à implantação da agroecologia nesses grupos, é importante destacar que para as mulheres houve um grande avanço. Abriu-se para elas uma nova perspectiva em relação à agricultura. Fica claro que esta forma de trabalho mostra-se mais alternativa do que a agricultura convencional. Exige menos gastos com insumos externos, melhor aproveitamento do

espaço cultivado, cultivo da diversidade e além do mais, como aborda SILIPRANDI (2009), oferece às mulheres a possibilidade de reafirmarem-se como sujeitos na agricultura, exercitando a sua criatividade, sua capacidade de observação e de experimentação.

No trabalho de campo, foi possível verificar que as mulheres inseridas nesses grupos de produção e conseqüentemente nas lutas, têm uma compreensão importante do que significa produzir em outra lógica que não seja esta da agricultura convencional na qual se produzem mercadoria e não alimentos. Dona Emília deixa isso bem evidenciado em sua fala, (maio/2014):

Eu sempre olho a agroecologia como um leque, a cada dia vamos descobrindo coisas novas pra incorporar nela. Temos que olhar para a convivência das famílias, para os animais e plantas, se não tivermos esse olhar pra vida, não é agroecologia. Agroecologia é tudo, desde a saúde até a convivência, água e tudo. Se não cuidarmos da vida nuca vamos ter a agroecologia. (Dona Emília, maio 2014).

Em meio a tanta movimentação durante a realização deste trabalho, houve muitas revelações nas falas de todas as mulheres que ousaram deixar registradas aqui suas impressões, suas formas de pensar e de viver em grupos. Há de se pensar a partir delas e junto com elas, como sujeitos e protagonistas nesta trajetória de luta pela emancipação não só da mulher, mas da classe trabalhadora, métodos de trabalho popular que venham como contraposição a modelos que foram impostos pelo domínio patriarcal e capitalista. Que esses métodos possibilitem a visibilidade do trabalho dessas mulheres e acima de tudo, criem mecanismos de valorização dessas práticas agroecológicas desenvolvidas, tanto no seu âmbito interno (assentamento) como externo (cidade e comunidades vizinhas).

## **PAISAGENS**

Foto 11. Demonstração da produção de alimentos saudáveis



Fonte: arquivo da Fase/MT.

Foto 12. Cida fazendo a colheita das hortaliças



Fonte: Devanir/maio de 2015

Foto 13. Colheita de maracujá



Fonte: Devanir, maio/2014.

Foto 14. Caminhão que leva as hortaliças pra cidade – Sr. Luiz ( em cima) é o motorista



Fonte: Devanir, maio/2014.

Foto 15. Entrega dos Produtos pelo PAA – Programa de Aquisição de Alimentos



Fonte: Arquivo da FASE/MT.

Foto 16. Venda direta da produção



Fonte: Arquivo da FASE/MT.

Foto 17. Dona Emília fazendo um cabo de machado



Fonte: Devanir, maio/2014.

Foto 18. Momento místico da reunião das mulheres



Fone: Devanir, maio/2014.



## REFERÊNCIAS

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta Pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p. : il.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013. <http://editora.fgv.br/manual-de-historia-oral>.

ALMEIDA, Silvio Gomes de. **Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro** – pag. 67 - **Agricultura Familiar camponesa na Construção do Futuro**/ Paulo Petersen (org.) – Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

AMSTALDEN, Luis Fernando F. **Os autores sócio-ambientais da Modernização Agrícola Brasileira**. Monografia, Campinas, ano 1, n. 1, 1991.

ARAUJO, Djacira. Artigo: **As Relações de Poder e Afirmação das Desigualdades de Gênero e Classe**, 2012.

CONCRAB. **Sistema Cooperativista dos Assentados**. Caderno de cooperação n<sup>o</sup> 05. São Paulo, 1998.

CONCRAB. **A constituição e o desenvolvimento de formas Coletivas de Organização e Gestão do Trabalho em Assentamentos de Reforma Agrária**. Caderno de Cooperação n<sup>o</sup> 011. São Paulo, 2004.

CARDOSO, Elisabeth Maria e Vanessa Schottz Rodrigues. **Mulheres Construindo a Agroecologia no Brasil**. Revista Agriculturas – Dez/2009. Vol. 6 n 4.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Março, 2012.

CARVALHO, Horácio Martins de. Núcleo de estudos agrários e de desenvolvimento NEAD. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba, agosto de 1998.

CAVALCANTE, Matuzalem Bezerra. **Mudanças da estrutura fundiária de Mato Grosso (1992-2007)**. Presidente Prudente: [s.n.], 2008 xiv, 218 f.: il. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

CHABOUSSOU, Francis. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas: a teoria da trofobiose**/Francis Chaboussou; tradução [de] Maria José Guazzelli. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006. 320 p. : il.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Eficiência econômica e gestão democrática nas cooperativas de produção coletiva do MST. **Curso de Especialização em Cooperativismo**, São Leopoldo, 1998. Monografia.

CISNE, Mirla; IAMAMOTO, Marilda. Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista. **4º Colóquio Marx e Engels**, 2005.

Disponível em:

<CISNE,Mirla.<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>>

**Dicionário da Educação do Campo**/organizado por Roseli Salet Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p.

ESMERALDO, Gema Silveira Leite. **O protagonismo político das mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social**. In: **Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (organizadoras). Niterói: Alternativa, p. 237-256.

FARIA, Nalu. **Mulheres rurais na economia solidária** In. **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para mulheres no meio rural**/Andrea Brutto, Isolda Dantas (Orgs) – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, A. P. L. **A importância da perspectiva agroecológica no empoderamento das mulheres camponesas: processo mulheres e agroecologia como estudo de caso.** In: Anais do VI Congresso Brasileiro de Agroecologia. Curitiba: ABA, Socla, Governo do Paraná, 2009.

FURLIN, Neiva. **A perspectiva de gênero no MST: Um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres.** In: **Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (organizadoras). Niterói: Alternativa, p. 257-282.

GÖRGEN, Sérgio Antônio; STEDILE, João Pedro. **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária.** Vozes, 1991.

GROSSI, Miriam Pilar. Novas/Velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas** 1, vol. 2. 1994. Disponível em : <<http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/16179-49803-1-PB.pdf>>

HENN, Iara Aquino. **Agroecologia e relações de gênero em projeto societário.** In: **Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (organizadoras). Niterói: Alternativa, p. 65-87.

ABRAMO, L. ¿Inserción laboral de las mujeres en América Latina: una fuerza de trabajo secundaria?. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 224-235, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23969.pdf> [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>

KARAM, Karen Follador. **A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 303-320 janeiro-abril/2004. Universidade Federal de Santa Catarina.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **Pastoreio Racional Voisin: Tecnologia agroecológica para o terceiro milênio** – Porto Alegre: cinco continentes, 2004. Xxxi, 310 p.: il.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. FILHO, Luiz Carlos Pinheiros Machado. **Dialética da agroecologia**.- São Paulo: Expressão Popular, 2014. 1 ed. 360 p.

Maria Fernanda Diogo, Maria Chalfin Coutinho. **A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino**. Interações, vol. XI, n 21, enero-junio, 2006, pp 121,142 – Universidade São Marcos – Brasil. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35402107>. Acesso em 09/01/2015 > .

MARTINS, Adalberto Greco. Texto: **Os assentamentos no centro de nossas ações. A Cooperação e suas Implicações no Desenvolvimento do Ser**. São Paulo, p. 1-15, 2006.

MICHAELIS: moderno **dicionário da língua portuguesa**/São Paulo: companhia melhoramentos, 1998 – (Dicionários Michaelis).

NEVES. Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (Orgs.) **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. P. 431

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. Inclui bibliografia 1.Geografia Agrária 2. Questão Agrária 3. Renda da Terra 4. Reforma Agrária.

\_\_\_\_\_. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados, 2001.

OLIVEIRA. Santos Siumara, Asevedo Roger Tayrone. **Do latifúndio ao assentamento: recriando a agricultura camponesa no Mato Grosso**. Revista Agriculturas • v. 11 - n. 2 • julho de 2014.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. Proposta.** Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, p. 30-38, dez./fev. 1997.

\_\_\_\_\_. **Os caminhos das mudanças na construção da agroecologia pelas mulheres.** Revista Agriculturas – Experiências em Agroecologia, dez/2009. Vol. 6 n 4.

PAULILO, Maria Ignez S. **O Peso do Trabalho Leve.** Revista Ciência Hoje, local: Departamento de Ciências Sociais – UFSC, n° 28/1987, pp. 1-11.

\_\_\_\_\_. **movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio.** In: ALGUMAS QUESTÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR. PPGSP/UFSC. Cadernos de Pesquisa, n° 21, junho 2000.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso do gênero na pesquisa histórica.** História, São Paulo, v.24, n.1, 2005, pp.77-98.

PETERSEN, Paulo. (Org.) **Agricultura Familiar camponesa na Construção do Futuro/** Paulo Petersen (org.) – Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SAFFIOTI, H.I.B. (1992). **Rearticulando gênero e classe social.** In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (orgs). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

\_\_\_\_\_. (1994). **Posfácio: conceituando gênero.** In: SAFFIOTI, H.I.B.; MUÑOZ-VARGAS, M. (orgs). Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: NIPAS.

\_\_\_\_\_. (2013) 3.ed. **A mulher na sociedade de classes/**Heleieth Iara Bongiovani Saffioti – São Paulo. Expressão Popular. 528 p.

NÓBREGA, Juliana da Silva. **A produção da vida como política no cotidiano: a união de terras, trabalho e panelas no “Grupo Coletivo 14 de Agosto”**, em Rondônia / Juliana da Silva Nóbrega; orientadora Leny Sato. -- São Paulo, 2013. 277 f. Tese (Doutorado – Programa de

Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

SAMPAIO, Patrícia Wolff. - **Da estruturação à consolidação do Assentamento Roseli Nunes – Mato Grosso** Dissertação de Mestrado, UFMT, Junho de 2012.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 321-330, janeiro-abril/2004. Universidade Federal de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. **Entre a igualdade e a diferença): mulheres camponesas em lutas de gênero**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas; Florianópolis, SC, 2010.

SANTOS DE MORAIS, Clodomir. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 1986.

SILIPRANDI, Cademartori, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

\_\_\_\_\_. **Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural**. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*. Edição Especial, outubro de 2009.

\_\_\_\_\_. **Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil**. In: **Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (organizadoras). Niterói: Alternativa, p. 329-343.

SILVA, Cristiani Bereta da. **As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher”:** relações de gênero e subjetividades no devir MST - 1979-2000. 2003. Tese (Doutorado em História) –

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOARES, Vera et al. Muitas faces do feminismo no Brasil. **Mulher e Política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. SP, Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOUZA, I. P. . Os sentidos e representações do ecofeminismo na contemporaneidade. In: VI SEPECH - Seminários de Pesquisa em Ciências Humanas, 2007, Londrina. VI SEPECH - **Seminários de Pesquisa em Ciências Humanas**. Londrina: Editora da UEL, 2007. v. 1. p. 88-88.

MACHADO FILHO, LUIZ CARLOS PINHEIRO ; RIBAS, C. E. D. ; HOTZEL, M. J. Transição para uma pecuária Agroecológica. In: LANA, R. P. et al.. (Org.). **II Simpósio Brasileiro de Agropecuária Sustentável** - Anais do simpósio.. 1ed.: , 2010, v. 1, p. 243-258.